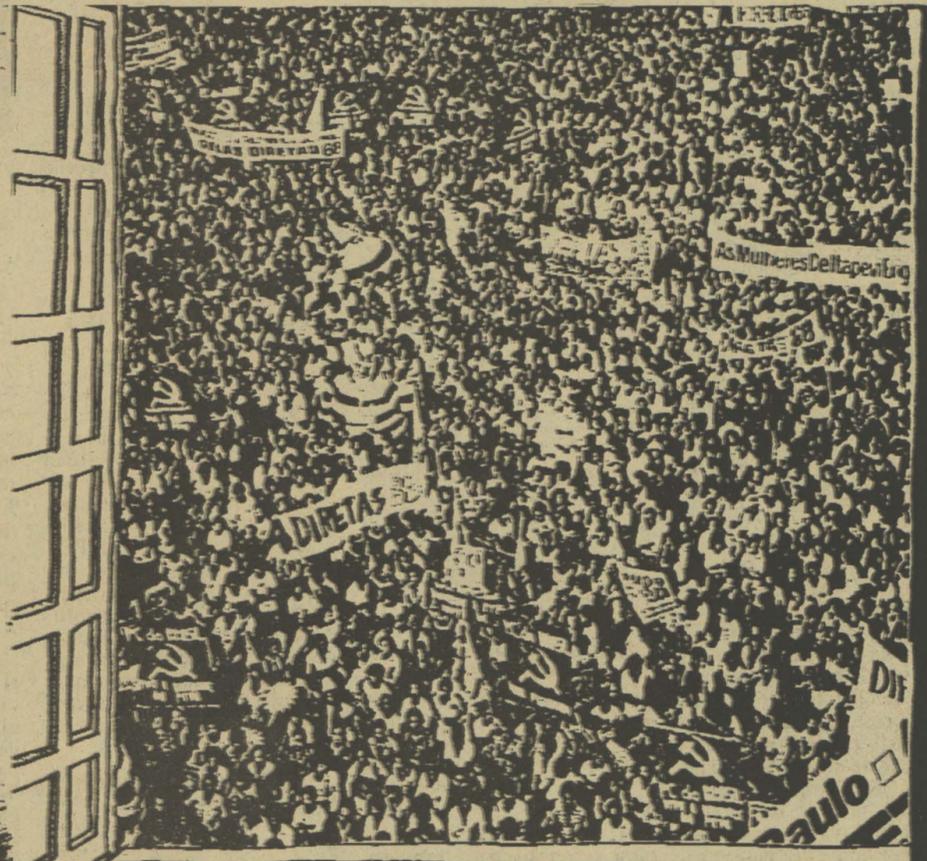


RIO, SALVADOR, PORTO ALEGRE

## Campanha das diretas se alastra

Uma enorme receptividade popular tem marcado todas as manifestações por diretas. Leia o relato completo dos últimos atos, e o calendário dos próximos comícios na pág. 3. Veja como o resultado da Convenção do PMDB pode contribuir para a campanha, na pág. 4



EDITORIAL

### Bloco da vergonha

**P**endurado na brocha. Esta é a situação do sr. José Sarney na sua desmedida ambição para permanecer cinco anos na Presidência. Cada dia novos segmentos chegam à conclusão de que é inviável sustentar artificialmente um governo que foi constituído para promover a transição para a democracia mas que adotou abertamente o caminho do arbítrio.

A última novidade do presidente é a articulação de um bloco governista suprapartidário. Para isto quer somar a parte mais fisiológica do PMDB com os mais conservadores do PFL e, nesta salada, incluir o PTB, já caracterizado desde o governo Figueiredo como um partido de aluguel - aliás o único aluguel ainda relativamente barato - e o falecido PDS. Mais parece um bloco de quarta-feira de cinzas. O mestre sala deste aglomerado é o deputado Carlos Sant'Anna, recordista em desmoralização no PMDB e na Constituinte.

Como o presidente não tem propostas políticas em consonância com a realidade do país, o único critério para organizar este tal bloco é o fisiologismo. A coisa é tão desavergonhada que os deputados que encabeçam as negociações, junto com Sant'Anna, já revelaram à imprensa o preço de seu apoio a Sarney: três ou quatro ministérios, 15 cargos nacionais de importância, um número ainda não definido de cargos federais nos diversos Estados, controle dos pedidos dos prefeitos e algumas outras benesses. Se não forem atendidos, prometem retirar o apoio. Se algum brasileiro comenta que tal situação assemelha-se a de um bando repartindo o resultado do saque, certamente o ministro Paulo Brossard reclamará a aplicação da Lei de Segurança Nacional por calúnia, difamação, ofensa à honra etc.

Em contrapartida, fortalece-se a campanha democrática por elei-

ções em 88. Entre misturar-se a escória reacionária que só se move em troca de cargos e favores e juntar-se às multidões que cada dia mais ganham as ruas em todo o país, mesmo os mais vacilantes são empurrados para a segunda opção. Os próprios deputados que se prestam ao papel de sustentar Sarney vão se acovardando com o crescimento das manifestações populares, receiam que os seus eleitores ponham fim às suas carreiras no próximo pleito.

O Brasil já viveu dias muito parecidos em 1984. O governo Figueiredo, caracterizado pelos brasileiros como inimigo dos interesses nacionais, usava de tudo para se manter no poder. A trapaça, tortura, corrupção, assassinatos, distribuição de privilégios, nada disto foi capaz de deter a avalanche das massas. O bloco governista era, neste período, formado pelo PDS, que se autodenominava de "maior partido do ocidente", e pelo PTB, comprado por alguns cargos na Cobal e outros órgãos. O brado de diretas-já demoliu em pouco tempo os alicerces do regime.

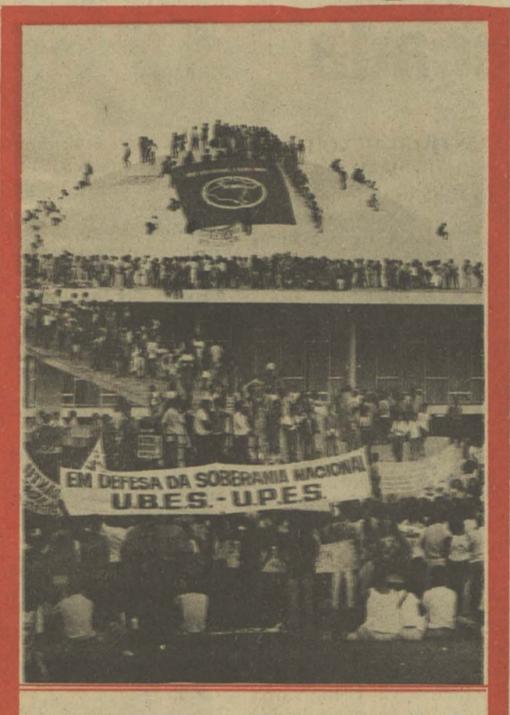
Agora já temos a experiência prática de que o povo unido tem mais força do que estas "fortalezas" governistas. E o grande partido que dá sustentação a Sarney já revelou toda a sua fragilidade na Convenção Nacional realizada em Brasília. O resultado da luta em torno do mandato presidencial e dos rumos da Constituinte não será definido nos bastidores por manobras e subornos. Esta parada quem vai decidir é o povo novamente nas praças. Os primeiros comícios, em Brasília, São Paulo, Salvador, Porto Alegre e Rio de Janeiro, demonstram a vitalidade do movimento.

É hora de deixar de lado as diferenças menores e unir todas as forças interessadas no progresso e na liberdade. Cada brasileiro que empunhe a sua bandeira e saia em campo. Seremos milhões nas ruas. O Brasil vencerá.

### Direitistas da CGT tentam inviabilizar greve geral

Manobra gera confusão, mas várias CGTs estaduais mantêm a convocação da greve no próximo dia 12. Pág. 6

Foto: Ailton S. Leite



Estudantes na rampa do Congresso exigem diretas

### Secundaristas elegem direção provisória

Cerca de 4 mil estudantes estiveram no XXVI Congresso da UBES, que não concluiu seus trabalhos devido à intoxicação dos secundaristas. Pág. 6



Participaram do encontro 98 entidades de mulheres de 19 Estados

### Novo patamar na luta de libertação das mulheres

Mais de 700 mulheres realizaram no Rio de Janeiro o 1º Encontro Nacional de Entidades Emancipacionistas. Leia na última página

### Bresser: fala mansa com os banqueiros

O ministro da Fazenda iniciou no último dia 22, nos EUA uma série de contatos com os credores. Procura abrir negociações a respeito da dívida brasileira. Faz questão de demonstrar que o país adotou uma nova postura, muito mais dócil, em relação à comunidade financeira internacional. As vésperas de sua viagem chegou a declarar que o governo está ansioso para pôr fim à moratória. Bresser tenta desesperadamente obter o "leiteiro novo", imprescindível para



Bresser e o senador Bill Bradley

levar adiante o projeto econômico da Nova República. Mas não tem obtido sucesso. Veja por que na página 4.

Centro de Documentação e Memória Fundação Maurício Grabois

## ORIENTE MÉDIO

## Golfo sob cerco

Navios de guerra dos EUA, França e URSS estão patrulhando o Golfo Pérsico, palco há sete anos da guerra Irã-Iraque. Isto depois de o Conselho de Segurança da ONU ter aprovado por unanimidade uma resolução exigindo o cessar-fogo imediato e a "abstenção" dos demais países de "atos que possam ampliar o conflito"...

Antes mesmo de o Conselho votar a resolução, no dia 20, o Irã já a denunciava como uma "maquinação dos EUA", e anunciava que só aceitaria uma resolução que condenasse o Iraque - que iniciou a guerra invadindo o Irã em setembro de 1980 - como agressor. Um comunicado da Rádio Teerã acrescentou que as forças iranianas "continuarão atacando seus objetivos legítimos no Golfo, sem distinguir bandeiras", mas que pouparão os navios, se o Iraque também o fizer.

## ATO IMPERIALISTA

Tudo indica que está em andamento uma manobra do imperialismo para ampliar a militarização da região. Afinal, apesar da recomendação da ONU, os EUA iniciaram no dia 22 a escolta militar a dois petroleiros do Iraque, "maquiados" e rematriculados como norte-americanos para receber a bandeira, tripulação e proteção militar dos EUA. Washington justifica esta operação em nome de "garantir a navegação internacional". E acusa o Irã de ter instalado no estreito de Ormuz, saída obrigatória do Golfo Pérsico, baterias de mísseis Silk Worm comprados da China. Mas o recrudescimento da Casa Branca começou quando, no final de maio, a fragata ianque Stark foi bombardeada, misteriosamente sem esboçar reação... pelo Iraque apoiado desde o início da guerra pelos EUA.

A URSS, que também con-



jugados por "espionagem"

Além das grandes potências, o Iraque conta com o apoio da maioria dos países árabes. Recentemente, um dos últimos aliados do Irã, a Síria, apressava-se em resolver diferenças com o governo iraquiano para concluir uma aliança. Nestes países, o Irã conta apenas com as massas de muçulmanos xiitas, que no Líbano, por exemplo, proclamam sua fidelidade ao aiatolá Khomeini e ameaçam os "infieis" com ataques "em qualquer lugar do mundo aonde chege o braço do Islã".

## ISOLAMENTO DO IRÃ

A religião, porém, não basta para explicar as manobras de isolamento contra o Irã. Desde 1979, quando triunfou a chamada Revolução Islâmica capitaneada pelo aiatolá Khomeini, o equilíbrio de forças no Oriente Médio está abalado. Durante o regime reacionário do xá Reza Pahlevi, o Irã era o "xerife" dos EUA no Golfo Pérsico e repartia com Israel o "policiamento" do Oriente Médio. A revolução de 1979 deixou este lugar vago, e a Síria e o Iraque pareciam ter lançado suas "candidaturas" para substituir o Irã no posto.

Iraque e Irã já tinham disputas de fronteiras na época do xá, principalmente em torno do Chat-el-Arab - um canal formado pela confluência dos rios Tigre e Eufrates, que desemboca no Golfo e é a via de transporte do petróleo, cuja exportação é vital para ambos. Em 1975, os dois assinaram um tratado em Bagdá estabelecendo a fronteira no meio do canal mais profundo do Chat-el-Arab. Depois da revolução iraniana, o Iraque voltou a se queixar, exigindo a definição da fronteira na margem leste do Chat-el-Arab - ou seja, o canal ficaria só para ele. Em 17 de setembro o presidente iraquiano Saddam Hussein denunciou "formal e unilateralmente" o acordo de 1975, e ordenou quatro dias depois a invasão do Irã.

A "santa aliança" dos países árabes contra o Irã parece ter também outras inspirações que não a religião muçulmana e as diferenças entre xiitas e sunitas (que abordaremos em uma matéria na próxima edição da Tribuna). É que a revolução iraniana foi uma explosão de massas miseráveis descontentes, que existem em todo o mundo árabe.

Alguns destes países temem a repetição do fenômeno contra os seus privilégios. (SQ)



Conselho de Segurança da ONU reunido: maquinações imperialistas

## PORTUGAL

## Constituição ameaçada

Portugal vive agora sob um governo do PSD. Nas eleições realizadas no dia 19 de julho, o Partido Social Democrata, do ex-primeiro ministro Cavaco Silva, conseguiu um feito inédito no período pós Revolução dos Cravos: obteve a maioria absoluta no Parlamento e poderá governar sem coligações.

O resultado destas eleições foi uma derrota para o povo português. O PSD caracteriza-se como um partido de direita, defensor da intervenção do capital estrangeiro na economia portuguesa, através do Mercado Comum Europeu, e da revogação das conquistas sociais da Revolução dos Cra-

vos, contemplados na Carta Magna portuguesa.

O PSD aproveitou-se bem de uma situação econômica aparentemente estável. A inflação está em torno de 10%, a economia cresceu 4% e há superávit na balança de pagamentos.

Os acordos com o MCE abriram as portas ao capital estrangeiro. E neste último ano houve um crescimento dos investimentos do MCE na economia portuguesa, explicando estes números alcançados. Por outro lado, este crescimento econômico não se traduz em melhoras ou mesmo perspectivas de melhoria na vida dos trabalhadores portugueses.

Muito pelo contrário, crescem as pressões para que acabem com os direitos trabalhistas contidos na Constituição, tais como o direito irrestrito à greve e a estabilidade no emprego. A reforma constitucional prevista para este ano será a grande batalha entre os que defendem as conquistas e os que são contra. E, sem dúvida, crescerá as pressões dos capitalistas estrangeiros.

O modelo de desenvolvimento econômico adotado por Portugal não é novo, e nós, aqui no Brasil, já temos amargas experiências das consequências deste modelo.

## CONTRIBUIÇÃO DA POSIÇÃO

Não se pode afirmar que o PSD venceu apenas pela situação econômica de Portugal. Contou também com a postura dos partidos de oposição.

O PS (Partido Socialista), do presidente Mário Soares, pode ser considerado o maior responsável pela vitória do PSD. Após a queda do gabinete de Cavaco Silva, houve uma movimentação para que o PS assumisse o governo evitando a antecipação das eleições. Soares e o PS recusaram e acabaram dando mais uma chance à direita.

O PRD, do ex-presidente Ramalho Eanes, achou que estava com a bola toda depois de ter tomado a iniciativa da moção de censura que derrubou Cavaco Silva. Tomou uma implacável derrota, caindo dos 18% da última eleição para apenas 4%.

O Partido Comunista Reconstituído, ante a força da direita nestas eleições, conclamou a uma união das oposições. Em alguns distritos eleitorais, tentou articular uma coligação com o PS, o PRD e o PCP. Não conseguiu dobrar a estreiteza desses partidos, que mais se preocuparam com seu próprio umbigo que com os destinos de Portugal.



O metalúrgico gaúcho José Freitas fala à reunião sindical albanesa

## ALBÂNIA-I

## Operários unidos

No início de julho realizou-se, em Tirana, o X Congresso das Uniãoes Profissionais da Albânia (UPA). O metalúrgico gaúcho José Freitas assistiu ao encontro dos operários albaneses. Ele conta, neste artigo, um pouco do que viu e sentiu no país onde é a classe operária a classe dominante.

Há muito tempo que eu tinha enorme vontade de conhecer a Albânia. Mas quando me encontrei lá, dentro de um congresso com 1.800 trabalhadores, a emoção e a satisfação foram tão grandes que parecia sonho.

Na chegada, tivemos uma recepção calorosa. As delegações estrangeiras foram recebidas no aeroporto pelos dirigentes dos sindicatos, jovens com flores, e pela imprensa.

Ao chegarmos no hotel, os trabalhadores que viam as delegações desembarcar aplaudiam e davam vivas com palavras de ordem saudando a

união e a luta da classe operária de todo o mundo. Espetáculo bellissimo, comovente e de grande espírito de solidariedade internacionalista.

O congresso se realizou com 1.800 delegados saídos das fábricas, do comércio, dos serviços públicos, da cultura, das empresas agrícolas, cooperativas. Mulheres e homens de todas as regiões da Albânia.

Os assuntos debatidos durante o congresso não foram aqueles que tanto conhecemos e sofremos na carne: desemprego, baixos salários, reforma agrária, liberdade sindical, dívida externa etc. Estes são problemas próprios dos países capitalistas. Os albaneses estão livres da exploração e opressão. Estão vivendo noutro sistema social, onde as necessidades mais elementares e básicas já estão asseguradas. Lá o trabalho é fonte de todo progresso e bem estar.

A discussão do Congresso da UPA foi sobre temas que mais preocupam os trabalhadores e



o povo albanês no momento: meios para melhorar a qualidade dos produtos e criar produtos novos; construção de casas e apartamentos, formação profissional e técnica dos trabalhadores, questões culturais e artísticas, educação política e ideológica da classe operária e problemas enfrentados no dia-a-dia.

Estiveram presentes 30 delegações estrangeiras, representando a América Latina, Europa, Ásia e África. Todas usaram da palavra. Dá para sintetizar o conjunto das intervenções e, de certa forma, um ensinamento geral da nossa participação no congresso: a classe operária, por natureza, é internacional, e a luta por nossa emancipação é uma só no mundo inteiro. (José Freitas)

## ALBÂNIA-II

## Arte não é um privilégio

Quem ouve falar sobre um país com 3 milhões de habitantes como é a Albânia Socialista, com 60% da população vivendo no campo e 40% em pequenas cidades (a capital, Tirana, é a maior com aproximadamente 250 mil habitantes), deve se perguntar ou imaginar que a vida neste país seja extremamente monótona. Mas ao se conhecer a realidade da Albânia qualquer dúvida ou suspeita é inteiramente dissipada.

Pelas condições que o socialismo cria, onde todas as pessoas têm condições de desenvolver suas aptidões, realizar os seus desejos e sonhos, a vida cultural, artística, social, esportiva é muito dinâmica e conta com a participação massiva da população.

Olhando o campo da música, por exemplo, vamos encontrar uma riqueza de atividade. Apenas neste primeiro semestre, de atividades gerais e nacionais, podemos citar o festival "Quando chega a Primavera", da música popular albanesa, realizado em março; "Os concertos de Maio", que também são anuais, englobando todos os gêneros da música, além do balé clássico e do folclore. Em junho, o Festival Anual dos Intérpretes e o Nacional dos Cantores e Compositores da Classe Operária. Todas essas atividades têm a participação (com excessão do último) de cantores e compositores profissionais e amadores

de todas as regiões do país.

Na Albânia qualquer fábrica, empresa agrícola, cooperativa, instituição ou escola tem seu conjunto amador de cantores, músicos, compositores, artistas, atores. Isto faz com que qualquer pessoa tenha a oportunidade e condições para desenvolver o seu talento, para participar ativamente da vida e da construção do rico patrimônio da cultura albanesa. A disposição desses conjuntos se encontram palácios e casas de cultura em todas as cidades e também no campo, nas cooperativas e empresas agrícolas. Um outro aspecto interessante é que esses locais não são utilizados apenas pelos grupos da cidade ou aldeia; Existe um enorme intercâmbio, entre grupos amadores da cidade e do campo. Podemos mencionar que se até 1960 na Albânia não existiam grupos artísticos amadores. Em 1983 já se registravam 7.067. Uma aldeia da região de Korça, por exemplo, com 1.800 habitantes possui seu grupo amador e à sua disposição um teatro com capacidade para 400 pessoas.

Esta formação se dá de forma espontânea?

Não. O Estado socialista se preocupa em criar todas as condições necessárias para que desde criança o albanês tenha possibilidade de desenvolver seus talentos. Até os 14 anos as crianças e os jovens têm à sua disposição nas sedes de sua

organização "Pioneiros de Enver", professores de música pagos pelo Estado e todos os instrumentos musicais necessários para o aprendizado. Cada um recebe o seu, até que termine o curso, seja violino flauta, çifteli (instrumento característico de duas cordas), acordeon etc. Tanto as aulas como os instrumentos são oferecidos gratuitamente. Depois, os jovens no ensino secundário podem cursar a Escola Secundária de Música e, mais tarde, o Instituto Superior das Belas Artes. O ensino na Albânia é gratuito e nestes dois casos os instrumentos musicais encontram-se à disposição dos estudantes, sem nenhum tipo de taxa. Para os que não desejam seguir a carreira de música, existem outras possibilidades, como aulas nos palácios e casas de cultura, também gratuitas, para todas as faixas etárias.

E isto acontece porque no socialismo o prioritário e essencial é a educação do homem, a formação do novo homem com uma cultura ampla, livre para desenvolver seus talentos. Na Albânia a participação massiva também no campo da música é considerada como uma valiosa contribuição na propagação dos valores de todos os gêneros da música, influenciando na preservação e elaboração das tradições e na elevação do nível da cultura musical das amplas massas trabalhadoras. (Carmem Elias)



Estudantes apresentam-se nos Concertos de Maio: no socialismo, música se aprende também nos colégios

CDM  
Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



DIRETAS 88

# Comitê Nacional pede mais comícios

Os líderes dos partidos que integram a coordenação nacional da campanha por eleições diretas em 1988 - PC do B, PT, PDT, PSB e parte do PMDB, reunidos em Brasília na terça-feira passada, decidiram elaborar um calendário preliminar dos principais comícios a serem realizados em todo o país. Esse calendário tem o caráter de sugestão para ser apreciado pelos estados.

O próximo comício será em Manaus, no dia 24 de julho, e as datas sugeridas para a continuidade da campanha são as seguintes: 6 de agosto, Maceió;

7 de agosto, Caruaru; 8 de agosto, Itabuna; 14 de agosto, Fortaleza; 15 de agosto, São Luiz; 21 de agosto, Goiânia; 28 de agosto, Belo Horizonte; 9 de setembro, Porto Alegre; 10 de setembro, Florianópolis; 11 de setembro, Curitiba; 17 de setembro, Salvador e 18 de setembro, Recife. Ficou acertado, também, que os comícios de Rio e São Paulo serão marcados posteriormente, de acordo com a evolução das votações da Constituinte.

Os líderes partidários marcaram para a próxima quarta-feira, dia 29 de julho, uma

reunião dos presidentes dos partidos que integram a campanha com os presidentes de entidades nacionais - CUT, CGT, OAB, ABI, UNE, ANDES, UBES, CONAN e Plenária Popular Pró-Constituinte, para discutir os próximos passos da mobilização popular.

A partir de uma avaliação apresentada pelo senador Afonso Camargo e pelo deputado Fernando Lyra, os líderes partidários avaliaram que os resultados da Convenção Nacional do PMDB foram

positivos para o crescimento da campanha por eleições diretas em 1988, na medida em que não foi aprovada a tese do mandato de cinco anos para Sarney e em que os constituintes peemedebistas passam a se sentir liberados para defenderem nas ruas as suas posições. Ao mesmo tempo, a consolidação da corrente denominada Unidade Progressista representa um grande reforço para a campanha, na medida em que seus integrantes assumem uma posição firme e definida em defesa de eleições presidenciais em 1988.

### As novas datas

Este é o calendário proposto pela Coordenação Nacional da campanha por diretas em 88.

- 24/7 - Manaus
- 6/8 - Maceió
- 7/8 - Caruaru
- 8/8 - Itabuna
- 14/8 - Fortaleza

- 15/8 - São Luiz
- 21/8 - Goiânia
- 28/8 - Belo Horizonte
- 9/9 - Porto Alegre
- 10/9 - Florianópolis
- 11/9 - Curitiba
- 17/9 - Salvador
- 18/9 - Recife



Na passeata, os manifestantes uniram à exigência de diretas em 88 suas reivindicações à Constituinte.

### RIO DE JANEIRO

## 80 mil contra Sarney

Superando todas as previsões e expectativas, uma verdadeira multidão de mais de 80 mil pessoas tomou conta da avenida Rio Branco, no último dia 17, no Rio de Janeiro, cantando e brincando na passeata promovida pelo Comitê Suprapartidário pró-Diretas em 88 e Plenária Nacional pró-Participação Popular na Constituinte.

Com isso, as forças democráticas e progressistas juntas com o povo conseguiram dar uma resposta bastante vigorosa às forças reacionárias da UDR, que poucos dias antes haviam colocado 30 mil fazendeiros e médios produtores em desfile pelas ruas de Brasília, contando inclusive com o reforço de fascistas notórios, como o coronel-torturador Brilhante Ustra.

Entoando refrões que eram músicas brasileiras adaptadas a temas importantes como a reforma agrária, a estabilidade no emprego, saúde e educação para todos, o desfile ia percorrendo à avenida e era engrossado por aqueles que saíam do trabalho e saudavam entusiasticamente do alto dos prédios com uma verdadeira chuva de papel picado. Das músicas cantadas pelo povo, as de maior empolgação que agitavam a passeata de ponta a ponta da avenida eram as marchinhas "Fora Sarney, Fora Sarney, Olê, Olê, Olê" e "Constituinte, escreva no papel: lugar de milico é dentro do quartel".

Outro aspecto típico das manifestações populares foi a presença de vários personagens caricaturados através de fantasias criativas. Lá estavam o FMI, a dívida externa, o deputado corrupto e o "dono da festa" - presidente Sarney. Além desses, dentre os inúmeros destaques das alas, os que mais conquistaram a simpatia do público, por sua originalidade, foram um painel contendo exemplos reais e ao vivo da composição da cesta básica de alimentação que seria possível comprar com o salário-mínimo previsto na atual Constituição e os estandartes do PC do B com a figura do presidente Sarney fugindo do povo pela ferrovia "Norte-Sul".

Como a passeata fora organizada em forma de alas, lembrando uma escola de samba, à sua frente vinha o chamado "abre-alas", composto pelos deputados Paulo Ramos (PMDB), Edmilson Valentim e Jandira Feghali (PC do B), Wladimir Palmeira (PT), Milton Temmer (PSB), Brandão Monteiro (PDT), o senador

Jamil Haddad (PSB), o escritor Fernando Gabeira e a atriz Lucélia Santos (PV), a presidente da UNE, Gisela Mendonça, o da Famerj, Amir de Paula, o representante da ABI, Dr. Henrique de Miranda e o bispo de Nova Iguaçu, D. Mauro Moreli, além de delegações da OAB, Fetag, CUT, CGT, CPT, CPO, ALM, UJS, UEE e diversas outras entidades representativas de setores populares.

Após duas horas de desfile, e já por volta das 18 horas, a passeata chegou à Cinelândia, onde fora montado um palanque para realização de um "showmício". Ali, as forças democráticas e progressistas lançaram a campanha nacional para coleta de assinaturas pelas emendas populares que serão apresentadas à Constituinte. Fizeram também uma grande manifestação do governo Sarney por conta de seu plano econômico de arrocho salarial à moda do FMI e de suas atividades de ataque à soberania da Constituinte, culminando com a questão de seu mandato.

No palanque os diversos discursos ressaltaram a unidade das forças progressistas e do povo como fator fundamental na luta contra os conservadores, os banqueiros, o FMI, a UDR e o militarismo, que continua a se ingerir na vida política do país. Dando exemplo desta unidade, cada parlamentar, ao encerrar o discurso, anunciava o próximo orador de outro partido.

Para o deputado federal Paulo Ramos, do PMDB-RJ, autor de um projeto de lei que proíbe a conversão dos juros da dívida externa em "investimentos" no país, "é importante que as forças progressistas se mantenham coesas na luta contra os conservadores". Já o líder do PDT na Câmara Federal, Brandão Monteiro, lembrou



No showmício, os oradores insistiram: é preciso unir os progressistas

que "nesse momento as divergências ideológicas e partidárias estão postas de lado. O PC do B, o PT, o PSB, o PDT, os progressistas do PMDB e às vezes o PCB têm dado um exemplo concreto de unidade na Constituinte, visando enfrentar os reacionários e conservadores. Para que obtenham êxito, é necessário que o povo também esteja unido". Enquanto isso, Edmilson Valentim, do PC do B, ressaltava que seu partido está empenhado no fortalecimento e ampliação do bloco progressista na Constituinte, visando o enfrentamento difícil que se dará na fase final da elaboração da nova Constituição. Prosseguiu: "O governo Sarney, junto com os latifundiários da UDR, os militares, os banqueiros nacionais e seus parceiros internacionais, os grandes monopólios multinacionais e o imperialismo querem empurrar goela abaixo do povo brasileiro uma Constituição mais atrasada que a atual - escrita pela ditadura. Mas para isso terão de enfrentar o povo, que está cansado de ser explorado e enganado, e não está mais disposto a aceitar tal situação".

Apesar de todo caráter unitário do ato, onde todos os representantes partidários foram uníssomos em seus discursos na defesa da unidade na luta, alguns setores minoritários do PDT e do PT insistiram na tentativa de vaiar alguns dos oradores, no que de pronto foram repudiados pelos próprios membros de seus partidos.

Por volta das 22 horas, e ainda com uma expressiva presença popular, o ato político foi encerrado pelos organizadores, que voltaram a concluir a população para que se mantenha mobilizada e busque intensificar a coleta das assinaturas pelas emendas populares, cujo prazo máximo é o dia 15 de agosto próximo.

### BAHIA

## Campanha começa forte

A primeira manifestação realizada em Salvador em favor de diretas em 88 para presidente da República e contra a ação da direita e dos conservadores na Constituinte foi considerada vitoriosa pelos organizadores. Mais de 5 mil pessoas participaram da caminhada do Campo Grande à Praça Municipal, promovida pelo PC do B, PT, PDT, PSB e PCB, além de entidades populares e sindicais como a CUT, a CGT e FETAG, a Comissão Pastoral da Terra e a FABS - Federação das Associações de Bairro de Salvador. Durante todo o trajeto os manifestantes recebiam mais adesões e aplausos das calçadas e edifícios da avenida Sete de Setembro. A caminhada foi encerrada com um ato público na Praça Municipal.

"Fora Sarney, "Chega de Arrocho", "Fim do governo Sarney" foram algumas das muitas faixas que acompanharam a caminhada em Salvador. Nos discursos da Praça Municipal todos os oradores condenaram a política econômica do governo, exigindo a suspensão

do pagamento da dívida externa, o fim do pacote do arrocho, protestando contra a utilização da Lei de Segurança Nacional e exigindo a realização de eleições diretas para presidente logo após a promulgação da Constituição.

### UMA NECESSIDADE

O líder do PC do B na Constituinte, Haroldo Lima, que participou da manifestação disse que a presença popular superou as expectativas e evidenciou a força da bandeira das diretas, uma necessidade, na opinião dele, para mobilizar o povo nas ruas. Haroldo criticou setores do PMDB que atacaram a campanha das diretas, e conclamou o governador Waldir Pires a alterar sua postura atual e se engajar no movimento. Waldir tem defendido cinco anos de mandato para Sarney e está, segundo o que acredita o líder do PC do B, fora de sintonia com os anseios populares.

Quem também espera a adesão do PMDB é o dirigente do PT, Edval Passos, que lamen-

tou a ausência dos parlamentares peemedebistas - somente dois deles participaram, um dos quais - Vandilson Costa - está passando para o PC do B. Já Elquisson Soares, do PDT, afirmou que a Constituinte não oferece nenhuma segurança de que haverá diretas em 88, daí a importância da pressão popular nas ruas.

O Comitê pró-Diretas, organizado na Bahia a partir de iniciativa do PC do B, deverá, conforme acredita o presidente regional do partido, Olival Freire, buscar a ampliação de sua composição, insistindo na presença dos progressistas do PMDB mas buscando principalmente o engajamento popular, através das organizações do povo nas fábricas, nas escolas e nos bairros. Nos próximos dias o comitê intensificará a coleta de assinaturas populares para a emenda pró-diretas em 88, e já planeja novas manifestações na capital e no interior.

(Pedro Augusto Pereira, da sucursal)



Mais de 5 mil pessoas iniciaram a campanha por diretas em Salvador. O PMDB esteve ausente.

### RIO GRANDE DO SUL

## Êxito do SOS Constituinte

Mesmo com a forte chuva que caía na tarde do dia na capital gaúcha, mais de 5 mil pessoas participaram do ato-show "S.O.S. Constituinte", no largo da Prefeitura, organizado pelas centrais sindicais, movimento dos professores, PC do B, PT, PSB, PDT, PCB, Movimento de Justiça e Direitos Humanos, UEE e OAB, que durante todo o dia mantiveram barracas montadas em frente à Prefeitura para colher assinaturas para emendas populares que serão apresentadas à Constituinte.

### 20 MIL ASSINATURAS

O Dia Nacional de Mobilização pelas Emendas Populares superou as expectativas dos organizadores no Rio Grande do Sul. Prevê-se o recolhimento de mais de 20 mil assinaturas, ultrapassando as previsões mais otimistas. Entre as 23 emendas populares divulgadas nas barracas encontravam-se algumas com maior destaque: eleições diretas em 88, suspen-

são do pagamento da dívida externa, proibição da interferência das Forças Armadas nos assuntos políticos, voto proporcional, reforma agrária e direitos dos trabalhadores, envolvendo estabilidade no emprego, redução da jornada de trabalho para 40 horas semanais e direito de greve.

Desde cedo representantes de várias entidades e partidos e vários parlamentares se pronunciaram, revezando com as apresentações de cantores gaúchos. As críticas à política econômica e ao caráter conservador da Constituinte foram a tônica das manifestações.

No final da tarde, o "S.O.S. Constituinte" foi engrossado por 1.200 ocupantes dos núcleos habitacionais da Grande Porto Alegre, que depois de realizar uma caminhada de dez quilômetros até a frente do Palácio Piratini para exigir do governo e dos agentes financeiros a imediata negociação dos imóveis ocupados

somaram-se ao ato-show por diretas em 88, gritando palavras-de-ordem e agitando faixas em que estavam inscritas suas reivindicações.

### INTIMIDAÇÃO MILITAR

Exatamente no momento em que a manifestação começava a ganhar mais adeptos, uma divisão do Exército, postada desde as 17h30 no centro de Porto Alegre, entrou em ação. Mais de 500 homens armados com fuzis e baionetas, dez tanques "Urutu" e "Cascavel", nove caminhões e dez jipes militares ocuparam os acostamentos da Avenida Mauá, a poucos metros de onde se realizava o "S.O.S. Constituinte". Várias lideranças presentes ao ato denunciaram a presença do Exército. O presidente regional do PC do B, Edson Silva, ao discursar, considerou o fato "uma intimidação ao movimento popular" e disse que "voltamos aos velhos tempos da ditadura militar".

Foto: Luciano da Mota

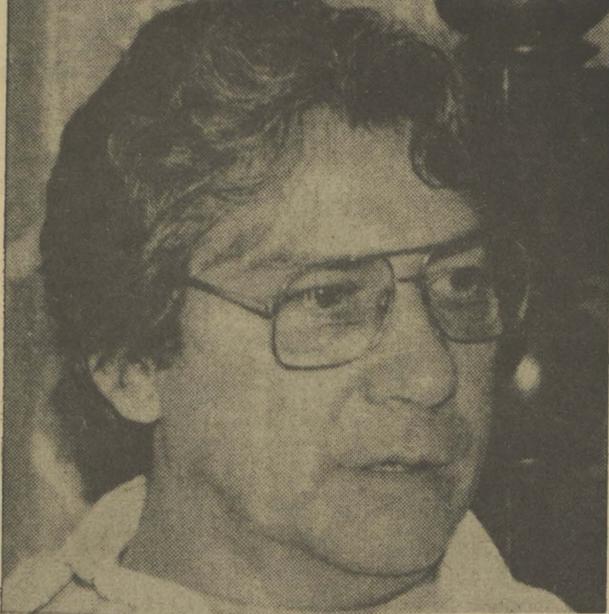
PMDB

# O governo saiu derrotado

"O governo teve uma derrota e o PMDB não ganhou". A frase, do deputado Nelson Friedrich, do Paraná, um dos líderes da ala progressista do partido, reflete com precisão o resultado final da Convenção Nacional do PMDB, realizada no último final de semana, em Brasília. Depois de dois dias de reunião, onde não faltaram pressões, manobras, articulações de bastidores e muita confusão, os 728 convencionais do partido deliberaram não decidir nada a respeito das duas questões centrais da política nacional: a duração do mandato do presidente José Sarney e o sistema de governo a ser adotado no país.

Desse ponto de vista, o resultado final da convenção peemedebista foi decepcionante, aprofunda a crise interna e a divisão do partido entre setores progressistas e conservadores. "Finalmente, depois de tanto esforço, o partido reúne seu órgão máximo de deliberação e decide não decidir", argumentou Friedrich.

De qualquer maneira, apesar desse aspecto, a reunião chegou a alguns resultados importantes e significativos. Em primeiro lugar, ela representou um desgaste e uma derrota política significativa do governo Sarney e de seu líder no Congresso, o deputado Carlos Sant'Anna. Convencido de que a convenção aprovaria o mandato de cinco anos para Sarney e contando com um provável apoio dos ministros e governadores peemedebistas, o Planalto instruiu Sant'Anna para defender o voto aberto na



Covas ficou fortalecido e promete aderir à campanha das "diretas-já"

reunião. O voto aberto constrangeria os convencionais, tornando-os mais vulneráveis às pressões, garantindo a aprovação dos cinco anos.

O governo não contava, no entanto, com a aliança entre o tri-presidente Ulysses Guimarães, a maioria dos governadores e ministros, o grupo do senador Mário Covas e a ala progressista do partido. Ulysses trabalhava pelo adiamento da decisão por acreditar que assim conseguiria manter a unidade do partido. Para tanto, era preciso derrotar a tese do voto aberto. Assim, na primeira votação, a tese do

voto secreto foi vencedora por 477 a 270, representando uma derrota do governo e de Sant'Anna. É importante destacar que apenas três ministros de Estado - Íris Rezende, Aluizio Alves e Aníbal Teixeira - acompanharam a orientação do governo e votaram a favor do voto secreto, demonstrando a capacidade de manobra de Ulysses Guimarães.

Para o deputado João Hermann, de São Paulo, essa derrota do governo foi importante e significativa. "A tática esquizofrênica a as manobras desastrosas do senhor Carlos Sant'Anna não deram resul-

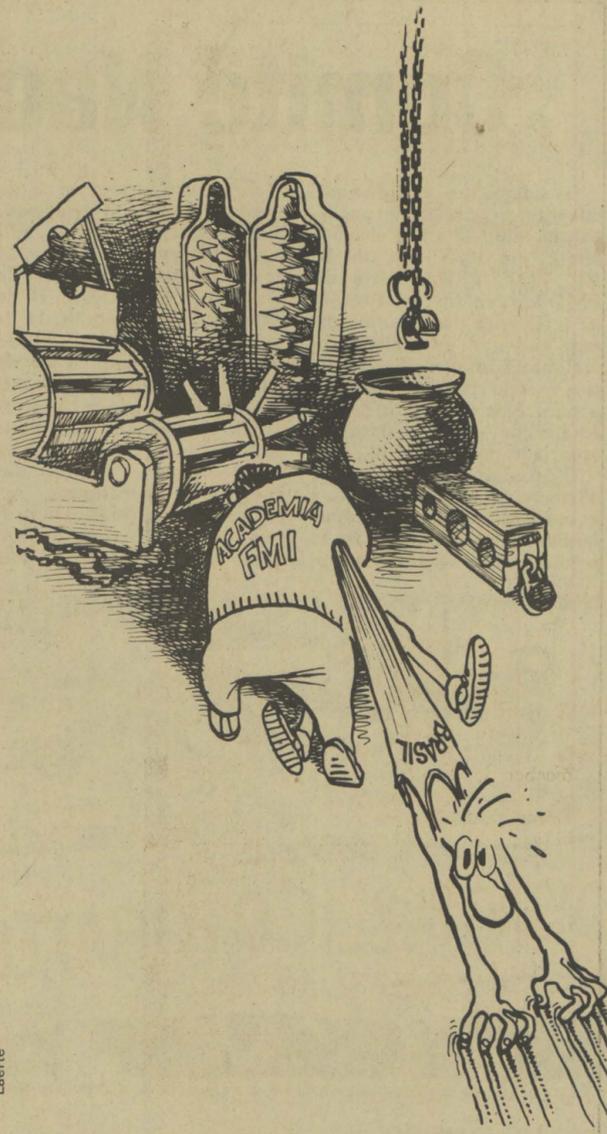
tado. O governo, depois desse episódio, começa a ficar sem Ulysses e sem os governadores, analisa Hermann.

Ainda sob o impacto da derrota e diante da possibilidade do PMDB aprovar os quatro anos de mandato, Carlos Sant'Anna acabou sendo forçado a recuar de sua posição favorável à votação e passou a orientar seus seguidores para que apoiassem o adiamento da decisão. O próprio Ulysses Guimarães, em contato telefônico com o presidente Sarney, fez um alerta: "Ou você convence o Sant'Anna a apoiar o adiamento ou ninguém se responsabiliza pelos resultados dessa convenção", disse.

Efetivamente, caso essa posição não fosse adotada, a derrota do governo seria completa. O clima emocional criado pela vitória do voto secreto, reforçado pelo discurso do líder do PMDB na Constituinte, senador Mário Covas, que fez uma veemente defesa da necessidade do partido tomar uma decisão em favor do mandato de quatro anos, certamente levaria os convencionais a aprovar os quatro anos. Tanto isso é verdade que o resultado da segunda votação acabou surpreendendo os próprios seguidores de Mário Covas. O adiamento da decisão foi aprovado por 458 votos a 360, uma diferença de apenas 98 votos.

Anunciado o resultado, Mário Covas declarou que a partir daquele momento se considerava liberado pelo partido para defender nas ruas a sua posição favorável aos quatro anos de mandato e, acompanhando o coro das galerias, ergueu os braços gritando: "Diretas Já, Diretas Já".

Em síntese, os resultados da convenção do PMDB trazem duas conseqüências imediatas: o desgaste ainda maior da sustentação parlamentar do governo, que passa a contar cada vez menos com significativos setores do PMDB, e o reforço da luta pelas eleições diretas em 1988. Nesse sentido, a chamada Unidade Progressista, bloco que integra aproximadamente 79 constituintes do partido e que se identifica com teses avançadas, decidiu formalizar a sua dissidência em relação ao governo e à cúpula do partido e engajar-se decididamente na campanha pelas eleições diretas em 1988. Ao mesmo tempo, o grupo ligado ao senador Mário Covas também tende a assumir com mais intensidade a luta pelas diretas. (Moacyr de Oliveira Filho)



DÍVIDA EXTERNA

## Vai dar certo?

Fazendo-se acompanhar de uma comitiva que inclui oito de seus principais assessores, e levando na bagagem o "Plano Macroeconômico" que apresentou há poucos dias, o ministro Bresser Pereira embarcou no último dia 22 para os EUA. Está disposto a iniciar com os bancos credores as conversações preliminares que visam abrir caminho para a renegociação de nossa dívida externa e conseguir deles algum "dinheiro novo", para viabilizar os projetos que formulou para a economia brasileira. Até o dia da viagem, contudo, continuavam presentes os sintomas de que não seria fácil chegar a um acordo.

Isso porque as duas partes pareciam divergir a respeito de um ponto fundamental. O ministro Bresser declarou enfaticamente, na véspera de viajar, que não está disposto a assinar um acordo formal com o FMI "porque a sociedade brasileira não o aceita". Enquanto isso, o jornalista Celso Pinto, da "Gazeta Mercantil", dizia ter informações seguras de que tanto os credores quanto o governo americano exigirão este acordo.

Os banqueiros não têm qualquer motivo para acusar o governo brasileiro de não ter se esforçado para viabilizar um acordo. A viagem de Bresser foi precedida de uma longa série de decisões que tiveram por objetivo justamente adaptar a economia brasileira às exigências dos credores e torná-la capaz de assegurar o pagamento da dívida. O governo comprimiu os salários, anun-

ciou concessões especialíssimas aos investimentos estrangeiros, propôs facilidades para transformar a dívida em ações de companhias brasileiras e prometeu reduzir substancialmente seus próprios investimentos. Como se tudo isso não bastasse, o ministro da Fazenda chegou a declarar que sua administração está ansiosa para pôr fim à moratória.

Acontece que demonstrar boa vontade não parece ser a receita mais apropriada para levar os banqueiros estrangeiros a alterarem suas posições. Conforme notou o próprio Celso Pinto, eles assumiram hoje postura mais intransigente que no tempo em que o governo brasileiro parecia disposto a oferecer-lhes algum tipo de enfrentamento. Parecem estar desenvolvendo o segundo movimento de uma tática bem pensada: primeiro, exerceram todo tipo de pressão para que as autoridades abandonassem qualquer postura independente. Agora, quando estas autoridades dobraram a espinha, fazem exigências cada vez maiores.

As dificuldades nas conversações com os banqueiros são mais um obstáculo que se coloca diante do projeto diretista que a Nova República assumiu. Isso porque o "Plano Macroeconômico" que o governo adotou implica necessariamente em chegar a um acordo com os credores e em conseguir novos financiamentos externos, na tentativa de obter algum alívio para a crise econômica. (Antônio Martins)

DÉFICIT PÚBLICO

## Combate ao povo

Sob o pretexto de combater o déficit público, o governo anuncia novas medidas econômicas de caráter recessivo e antipopular. Entre elas, salienta-se a intenção de promover novos reajustes das tarifas públicas, quando é patente, por exemplo, que os níveis dos preços da energia elétrica residencial, água e telefone já são hoje insuportáveis.

O ministro do Planejamento, Aníbal Teixeira, assegurou que até mesmo o tímido programa de gastos sociais do governo sofrerá cortes - a distribuição gratuita de leite neste ano já não atingirá 7 milhões de pessoas, mas apenas 6 milhões, ao contrário do que havia sido originalmente estipulado. Falasse em nova regulamentação do seguro-desemprego, com vistas a garantir

uma economia de Cr\$ 5 bilhões. Às custas dos trabalhadores, certamente.

Projeta-se, ainda, uma forte redução - de 12% neste e no próximo ano - na folha de pagamento das empresas estatais, o que só pode ser obtido arrojando salários e demitindo pessoal. Os funcionários da administração direta não ficarão impunes e, igualmente, serão afetados. O ministro da Fazenda assegura que continuará cortando subsídios voltados ao consumo, ao mesmo tempo em que planeja um aumento de impostos para aumentar a receita da União. Diz que vai taxar "os ricos", mas já está em adiantados estudos para uma orientação no sentido de elevar a carga do imposto de Renda na Fonte ou seja, dos assalariados.



Sarney e seu fiel escudeiro na Constituinte, Carlos Sant'Anna. Esses dois não se deram bem. Sofreram sérios reveses, na votação sobre voto aberto ou secreto, não conseguiram impor os cinco anos e podem perder o apoio de Ulysses e dos governadores.



Foto: Lúcia Marques

## Árdua luta pela terra

A Assembléia Nacional Constituinte se transformou num palco privilegiado onde se manifesta a luta de classes em curso na sociedade brasileira. De um lado estão os representantes das classes dominantes que desejam uma Constituição que mantenha o Estado autoritário e uma ordem econômica e social que preserve as injustiças e os seus privilégios de classe. De outro lado estão os representantes da maioria do povo brasileiro, da classe operária e dos demais trabalhadores, que lutam por um Estado verdadeiramente democrático e pela definição de princípios que assegurem a democratização do país no campo econômico, social e político.

Uma das questões que revela com maior nitidez essa luta de classe é a da Reforma Agrária. A concentração brutal da propriedade fundiária no país - segundo dados do Incra, entre 1967 e 1984 as propriedades com mais de mil hectares tiveram sua área aumentada de 46,9% para 58,3% do total da área ocupada no país - é irracional do ponto de vista econômico e profundamente anti-social. Isso porque a maioria dessas terras são improdutivas ou de baixíssima produtividade, enquanto milhões de brasileiros não dispõem sequer de um palmo de terra para trabalhar, produzir e sustentar suas famílias.

Além da dimensão econômica e social, o problema do latifúndio tem sua expressão política. Os latifundiários representam a camada social mais reacionária e atrasada do país. Não é à toa que foi entre os latifundiários que surgiu uma entidade de extrema-direita, de forte conteúdo fascista, denomi-



**OPINIÃO PARLAMENTAR**  
**Aldo Arantes**  
**deputado federal**  
**(PC do B - GO)**

nada UDR, responsável por inúmeros assassinatos ocorridos no campo brasileiro.

A extinção do latifúndio é, portanto, um passo decisivo no processo de efetiva democratização do país. Existem, hoje, dois caminhos no processo de modernização da estrutura fundiária do país. Um deles, o dos grandes latifundiários, é o processo de aburguesamento do latifúndio. O outro é o caminho da democratização da posse da terra, da Reforma Agrária.

A alternativa dos latifundiários está expressa no relatório aprovado pela Comissão de Ordem Econômica da Constituinte, de autoria do deputado Jorge Viana, do PMDB, incorporado ao anteprojeto aprovado pela Comissão de Sistematização. Esse texto coloca tantos

obstáculos e dificuldades que praticamente torna inviável a realização de qualquer reforma na estrutura fundiária do país, representando, inclusive, um retrocesso em relação ao Estado da Terra.

Defende a colonização em terras públicas e não a Reforma Agrária. Estabelece critérios para se definir a função social da propriedade extremamente vagos e genéricos, que impedem na prática a desapropriação de qualquer terra e estabelece o princípio de "prévia e justa indenização", com "juros legais", o que se revela uma verdadeira negociação agrária.

Os defensores da efetiva Reforma Agrária antilatifundiária, defendem o estabelecimento de limites máximos ao direito de propriedade territorial rural, a imissão imediata de posse, a indenização através dos Títulos da Dívida Agrária com base na média da declaração do Imposto Territorial Rural pago nos últimos cinco anos, além da definição do princípio de que a pequena propriedade, de no máximo 500 hectares, seja garantida contra o processo de desapropriação.

É preciso deixar claro que a proposta de Reforma Agrária não se volta contra o pequeno e o médio produtor, e mesmo contra o grande proprietário que efetivamente produza. A Reforma Agrária se volta, isso sim, contra os latifúndios improdutivos ou de baixa produtividade.

Através desses dois casos (latifúndios improdutivos ou de baixa produtividade) manifestam-se as relações mais arcaicas e antidemocráticas da estrutura econômica de nosso país. Eliminá-las é uma condição indispensável para o progresso e a democratização do Brasil.

### "É o UDR-8!"

A Convenção Nacional do PMDB trouxe de volta à cena política a presença dos militantes do MR-8. Recrutados pelo deputado Jorge Leite, do Rio de Janeiro, e pelo governador de Minas Gerais, Newton Cardoso, eles foram responsáveis por grandes confusões e tumultos tanto no plenário quanto nas galerias da Câmara dos Deputados. Gritando palavras-de-ordem em defesa de Sarney e dos 5 anos de mandato, mostraram a sua verdadeira face, colocando-se contra os interesses populares e adotando uma postura mercenária, fisiológica e agressivamente fascista. Esse comportamento reforça a idéia de que tal organização não passa, na verdade, de uma empresa de locação de mão-de-obra, alugando suas tropas de choque para quem pagar melhor.

Os dirigentes da organização trocaram seu apoio aos cinco anos para Sarney por cargos nos governos estaduais. Não foi à toa que, um dia depois da convenção, o governador do Distrito Federal, José Aparecido, anunciou a nomeação do jornalista Marco Antônio Campanella, dirigente do MR-8, como o novo Secretário do Trabalho do seu governo. Por tudo isso é que os defensores das diretas em 1988, quando surgiu uma nova palavra de ordem: "É UDR-8!"

## LIÇÕES DA LUTA OPERÁRIA

## Primeiros ecos dos comícios

A campanha por eleições diretas em 1988 começa a dar os primeiros frutos, apesar de estar ainda no início. A Convenção do PMDB foi uma demonstração de que o povo na rua tem capacidade de quebrar todos os esquemas reacionários. O governo tinha acertado tudo para obter uma aprovação do mandato de cinco anos no encontro mas foi derrotado exatamente porque o brado de democracia, levantado pelos primeiros comícios, ecoou forte no plenário.

## O GOVERNO PERDEU

Ulysses Guimarães já tinha acertado os pontos com Sarney. Os governadores, em sua imensa maioria, também tinham se conformado e pressionavam os convencionais de seus Estados. Mas na hora da decisão a voz do povo se fez ouvir. O governo queria que a votação fosse aberta, para controlar os compromissos assumidos por cada um com os planos do Planalto. Mas os deputados, senadores, governadores e demais delegados perceberam que todos os favores que poderiam receber seriam insuficientes diante da condenação inevitável de seus eleitores. Derrotaram o governo e optaram pela votação secreta. O arranjo governista ruiu a partir deste instante pois Sarney jamais se arriscaria a uma votação contra os interesses do povo sem que pudesse identificar o voto de cada um.

Nesta convenção o PMDB não ganhou nada, o governo perdeu mais uma de suas bases de apoio e, indiretamente, o povo saiu vencedor. Agora cada constituinte peemedebista está liberado - do ponto de vista partidário - para votar de acordo com a sua consciência. Não existe decisão coletiva e, portanto, qualquer exigência disciplinar.

## POLÍTICA NAS RUAS

Nestas circunstâncias, a possibilidade da pressão popular cresce ainda mais. E, concretamente, a possibilidade de novos deputados e senadores peemedebistas aparecerem nos comícios aumenta.

Mas não é só isto. Muitos setores que participam da campanha pelos quatro anos pensam também em apoiar, no momento oportuno, um candidato a presidente da República. E por acaso, alguém que fique nos gabinetes, ou meramente no terreno parlamentar, pode ter alguma chance eleitoral diante dos líderes que se projetarem nas praças públicas?

Basta ver o exemplo de Tancredo contra Maluf. E não se tratava na época de eleição direta e sim de uma escolha via Colégio Eleitoral, através de deputados e senadores, com maioria governista. Os gigantes comícios derrubaram todas as resistências. O PDS rachou. As pressões, corrupção, as ameaças dos militares, nada disto foi capaz de deter a avalanche. Imaginem agora numa eleição em que os milhões de brasileiros depositarão diretamente as cédulas nas urnas. Quem fazer política com alguma chance de sair vitorioso tem que ir para as ruas. Os vacilantes que se definam. O tempo é curto e o povo está atento.

## UNIÃO DE TODOS

Do lado de cá, dos que lutam pela liberdade, cresce no entanto a responsabilidade de saber atrair novos aliados. Não com armadilhas para colocar os que chegam para o nosso lado na gaiola. Mas estendendo a mão para incorporar mais um companheiro nesta jornada que interessa ao Brasil e não apenas a este ou aquele grupo. Teremos força para vencer se novamente formos milhões nas praças. E só chegaremos a este resultado se os comícios forem de todos, dos homens e mulheres sem partido e de todas as organizações partidárias, sem que ninguém se arvore em dono das manifestações. Se as vaias forem reservadas para Sarney e seus partidários, e os aplausos para todos que se somam na luta comum.

(Rogério Lustosa)

## DE OLHO NO LANCE

## Abraços críticos

O PCB realizou o seu Congresso em Brasília. Na abertura estavam Marco Maciel, do PFL, e o ministro Costa Couto, representando o presidente Sarney, que mandou uma mensagem desejando "sucesso aos amigos".

Depois de longas discussões, onde o item que individualmente mais ocupou espaço foi a disputa entre Roberto Freire e Salomão Malina pela presidência, a agremiação revisionista declarou-se a favor de um mandato de quatro anos para o presidente da República. Mas, bem ao estilo oportunista, resolveu não participar dos comícios pelas eleições em 1988, por considerar a campanha "diversionista no quadro conjuntural e um fator de instabilidade política".

Os pecebistas decidiram também pelo "distanciamento crítico" em relação ao governo. Mas a primeira ação prática da cúpula partidária, logo após o encerramento do encontro, foi uma visita ao Planalto para abraçar Sarney e Paulo Brossard. A análise dos pecebistas é que a transição política continua em andamento e por isto não é hora de passar para a oposição.

Em outras palavras, para a platéia, o PCB insinua uma posição de luta mas para a prática do dia a dia, adota a conciliação, como sempre.

## DESEMPREGO

## Uma necessidade histórica?

Direito ao trabalho para todos. Eis uma bandeira antiga do movimento operário, que o instinto de classe dos explorados percebe como uma reivindicação plausível e realizável. No entanto, sob o capitalismo é uma impossibilidade. A história mostra que tal sistema se reproduz ampliando cada vez mais o número de desempregados. Ao contrário, o socialismo - e somente ele - garante permanentemente o pleno emprego.

Praticamente todo trabalhador, forçado a vender sua força de trabalho ao capitalista, já experimentou a condição de desempregado, por menor ou maior tempo. Embora a falta de emprego seja mais dramática em momentos de crise econômica, é um fenômeno rotineiro, que se observa também nos períodos de estabilidade e crescimento da produção no sistema capitalista.

Para o operário e sua família, o problema transforma-se, muitas vezes, em verdadeira calamidade. Estabelece-se a insegurança, e o desespero toma conta do lar. Na sociedade, tomada como um todo, os efeitos não são menos perversos: a criminalidade, o pauperismo e a mendicância (sempre em crescimento) constituem, na atualidade, filhos legítimos do desemprego com que somos forçados a conviver.

Por essas e outras razões, o direito ao trabalho a todos quantos queiram trabalhar e a estabilidade no emprego são reivindicações que expressam anseios profundos não apenas da classe operária como do conjunto da população que não está comprometida com a exploração burguesa. São imperativos de justiça e de progresso histórico.

Devido ao seu caráter perene na sociedade capitalista, que lhe confere uma existência de certa forma independente das fases cíclicas da economia (manifestando-se inclusive nos períodos de prosperidade e tornando-se insuportavelmente agudo em épocas de crise), o desemprego parece ser inevitável. É esta aparência, de fatalidade histórica, que a burguesia divulga como verdade incontestável.

Mas na realidade o fenômeno decorre de leis específicas, próprias do modo de produção capitalista. Acompanha a acumulação e expansão das riquezas na sociedade burguesa, explicando-se em última análise, pela subordinação da atividade econômica ao lucro.

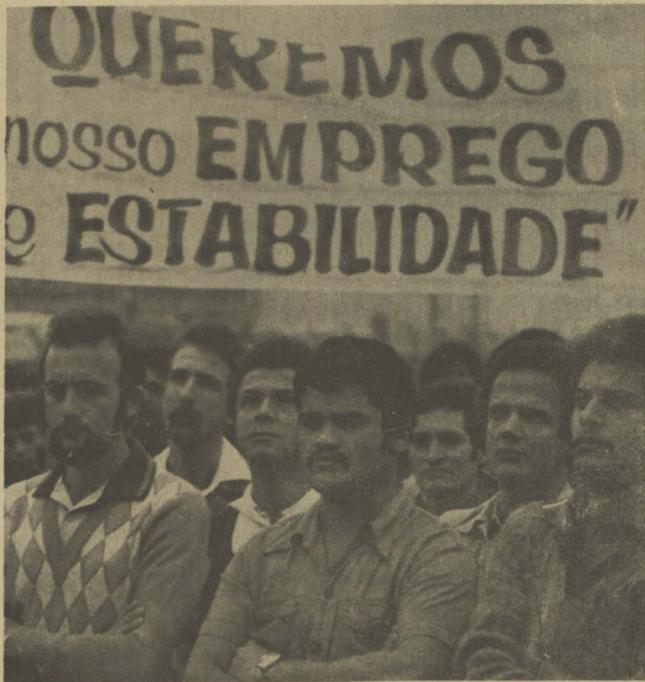
## Falta de emprego decorre das leis do capitalismo

A criação de uma população de trabalhadores supérfluos, sem emprego, está vinculada ao crescimento desproporcional das partes em que o capital é empregado pelo empresário: na compra de meios de produção (máquinas, instalações, matérias-primas), ou como capital constante; e no aluguel de mão-de-obra - capital variável. A relação entre capital constante e capital variável configura a composição orgânica do capital, que se altera diariamente, devido ao aumento da produtividade do trabalho.

Numa análise pormenorizada sobre o problema do desemprego, no "O capital", Karl Marx observa: "Graças ao progresso da produtividade do trabalho social, quantidade sempre crescente de meios de produção pode ser mobilizada com um dispêndio progressivamente menor de força humana". Em consequência, decresce relativamente a parte do capital que é necessário empregar em salários para produzir.

Assim, mesmo com o aumento do capital global cresce também sua parte variável, ou a força de trabalho que nele se incorpora, mas em proporção cada vez menor". Conforme diz Marx, "essa redução relativa da parte variável do capital, acelerada com o aumento do capital global, e que é mais rápida do que este aumento, assume, por outro lado, a aparência de um crescimento absoluto da população trabalhadora muito mais rápido do que o do capital variável ou dos meios de ocupação por essa população. Mas a verdade é que a acumulação capitalista sempre produz, e na proporção da sua energia e de sua extensão, uma população trabalhadora relativamente supérflua, isto é, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital, tornando-se, desse modo, excedente".

Este mecanismo fica bastante patente na atualidade, com o pro-



Luta pela estabilidade, um profundo anseio da classe operária e do povo

cesso de robotização e automação generalizada da produção, que multiplica a produtividade do trabalho e reduz o montante de capital que é preciso dispender como salários em relação aos robôs e máquinas e insumos que a produção consome. Os resultados são conhecidos. A economia burguesa procura mostrar a relação deste fenômeno com o comportamento do nível de emprego como novidade histórica, tendo o cunhado não faz muito tempo a expressão "desemprego tecnológico". O fenômeno, contudo, nada mais é do que a manifestação da lei dissecada por Marx sobre a evolução da composição orgânica do capital, embora hoje atue de maneira particularmente intensa e cruel.

## A mesma causa do aumento do capital traz a miséria

Já no início do século XIX, David Ricardo, destacado e brilhante economista burguês, notava: "A mesma causa que pode aumentar a renda líquida do país pode ao mesmo tempo tornar supérflua a população e deteriorar a situação do trabalhador".

Dá-se, conforme acentuou Marx, uma "acumulação de miséria correspondente à acumulação de capital. Acumulação de riqueza num pólo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, de trabalho atormentante, de escravidão, brutalização e degradação moral no pólo oposto, constituída pela classe cujo produto vira capital".

O desemprego, no entanto, se mostra de grande serventia para os designios do capital. Em primeiro lugar, ao criar um verdadeiro exército de reserva de mão-de-obra (composto pelos desempregados), que se forma, nas palavras de Marx, "a alavanca da acumulação capitalista, e mesmo condição de existência do modo de produção capitalista".

A população de desempregados, "proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado", especialmente nos períodos de euforia e crescimento. Tome-se, no Brasil - e apenas como um exemplo possível -, o caso de alguns grandes projetos que demandaram a concentração temporária do trabalho de milhares de operários (Itaipu, Companhia Siderúrgica de Tubarão, etc.), que eram recrutados e, depois de concluída a obra onde foram empregados, imediatamente jogados sem apelação ao olho da rua, casos, como se refere Marx, em que "grandes massas têm de estar disponíveis para serem lançadas nos pontos decisivos sem prejudicar a escala de produção nos outros ramos. A superpopulação fornece-as".

Também relevante é a função da superpopulação relativa de trabalhadores na regulação dos salários, sendo que "durante os períodos de estagnação e de prosperidade média, o exército industrial de reserva pressiona sobre o exército dos trabalhadores em ação e, durante o período de superprodução e paroxismo, modera as exigências dos trabalhadores".

A existência de uma numerosa população supérflua, desempregada, denuncia a incapacidade do sistema capitalista de proporcionar convenientemente de toda a força que a sociedade moderna cobra a serviço da produção e do progresso. Reflete, neste sentido, a profunda

formam, nos países citados, material para estatísticas igualmente gritantes. A calamidade cresce na medida em que aumenta a produção e os lucros capitalistas e, nas condições do imperialismo, acompanha e acentua a decadência e o parasitismo, completando um cenário que faz parecer saudável o tempo de agonia do Império Romano.

A formação de uma população trabalhadora supérflua deriva de "uma lei da população peculiar ao modo capitalista de produção", salienta Marx. "Na realidade, todo modo histórico de produção tem suas leis próprias de população, válidas dentro de limites históricos. Uma lei abstrata da população só existe para plantas e animais, e apenas na medida em que esteja excluída a ação humana".

Ao proletariado, e às forças progressistas da sociedade, é de fundamental importância compreender isto. O desemprego não é uma fatalidade, uma necessidade do desenvolvimento econômico, como quer fazer crer a burguesia. O crescimento das forças produtivas da sociedade (as inovações tecnológicas, a robótica, etc.) descortina, na atualidade, possibilidades maravilhosas de desenvolvimento humano, mas é preciso romper com os limites estreitos das relações de produção capitalistas para realizá-las.

No sistema socialista, o lucro deixa de ser o motor do processo produtivo, o operário não mais precisa criar um produto que exceda às suas necessidades e as riquezas deixam de ser apropriadas por um pequeno grupo de capitalistas. Cessa aí, por causa disto, a necessidade do desemprego. O desenvolvimento da tecnologia é utilizado em benefício dos trabalhadores, serve para reduzir a jornada de trabalho (não para cortar emprego), ampliando o tempo disponível para lazer e estudo de toda a sociedade e acelerando, por esta via, a evolução das pesquisas, da ciência e da produtividade do trabalho.

## Cinismo Burguês

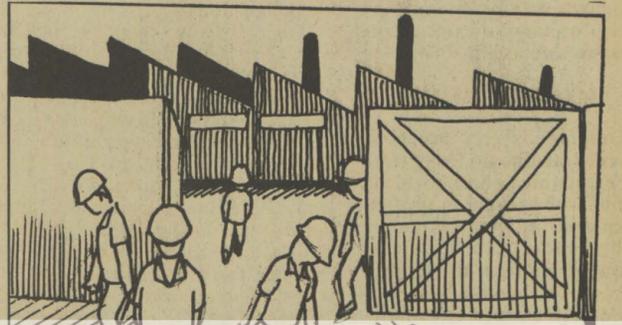
A polêmica em torno da estabilidade do emprego na Constituinte tem evidenciado a conduta intransigente da burguesia contra esta reivindicação dos trabalhadores. Os capitalistas têm usado dos argumentos mais espatafúrdios, além de indistigável cinismo na defesa do "sagrado direito" de demitir quando bem entenderem.

Para cumprir esta triste tarefa mobilizaram um exército de puxa-sacos da chamada grande imprensa e colocaram em exposição as asneiras de alguns dos seus serviços agentes infiltrados na classe operária, caso do presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antônio Medeiros. A burguesia viu-se constrangida a falar através da boca deste farsante para dar alguma aparência de respeitabilidade à ofensiva contra a estabilidade (aprova na subcomissões e na comissão temática constituinte que tratou do tema).

Traíçoeiro, Medeiros deu-se até ares de "doutor" no assunto, admitindo o óbvio, que o sistema capitalista não pode conviver com a plena garantia de emprego, argumento do qual sacou uma conclusão digna do mais barato sofista: a de que a tese da estabilidade no emprego na Constituinte é demagógica e não serve

aos interesses dos trabalhadores.

A conclusão do atual presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, um inestimável serviço à burguesia pelo qual certamente foi recompensado, é falsa sob vários aspectos. Embora não possa ser plenamente realizada sob o capitalismo, quando prevista em lei a estabilidade não é destituída de efeitos dentro do sistema. Antes de 1964, por exemplo, a previsão de garantia no emprego depois de 10 anos de trabalho, bem como indenizações aos demitidos sem justa causa, constitui, sem dúvida, um instrumento de defesa dos trabalhadores contra as dispensas em massa, tanto que quando a ditadura instituiu o FGTS, em 1966, permitindo a livre rotatividade, as demissões triplicaram. A estabilidade, ainda que precária, contribui também para o avanço da luta dos explorados, facilitando o trabalho de formação de quadros e ativistas sindicais nas empresas. Ao lado disto, a institucionalização da estabilidade corresponde a um grande anseio social e coloca em questão a luta para garantir o preceito legal, ainda que para isto seja necessário substituir o regime caduco da burguesia por um novo sistema, o socialista. Não custa lembrar que na Albânia socialista o direito ao trabalho é garantido para todos.



PLENÁRIA DA CGT

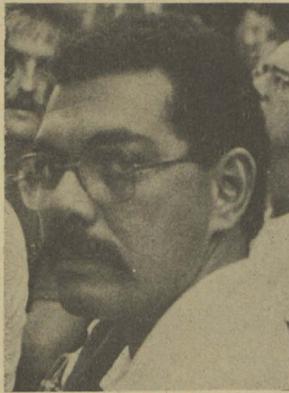
# Manobra da direita

Graves episódios marcaram a Plenária Nacional da CGT (20/7), realizada em Brasília, que alteraram os rumos das decisões do Fórum Sindical Unitário (FSU) e repercutiram fortemente na organização da Greve Geral.

Refletindo o realinhamento de forças políticas e sociais que se opera na conjuntura, parte dos sindicalistas ligados à CGT passaram rapidamente a encampar o projeto reacionário do governo Sarney, do grande patronato e do imperialismo. Tratam de seguir à risca a estratégia delineada na entrevista coletiva do Presidente da República, em junho último, onde todas as concessões ao capital estrangeiro, o entreguismo escandaloso do país, necessitam de um suporte com base no mandato presidencial de 5 anos no mínimo.

Na CGT materializou-se uma verdadeira batalha campal, de natureza política, que delimitou a atuação do grupo de sindicalistas liderados por Antonio Magri (presidente da CNTI), Luiz Antonio Medeiros (Presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de SP) e uns poucos sindicalistas ligados ao MR-8, que de maneira violenta tentaram impor uma data para a realização da greve geral que inviabilizasse completamente a unidade com a CUT e outros setores: 21 de agosto! Ora, em vários Estados sindicalistas da CGT e da CUT trabalhavam na perspectiva do dia 12 de agosto com base numa indicação feita após contacto de Joaquinão, Presidente da CGT e Jair Meneguelli, Presidente da CUT.

## PONTO DE VISTA SINDICAL



Sérgio Barroso  
1º secretário - CGT

Por outro lado, tentando possibilitar um consenso, sindicalistas ligados ao PC do B, independentes e progressistas da CGT propuseram à Plenária um caminho para chegar ao entendimento com a CUT. Uma manobra descarada que não possibilitou maior discussão, feita na base de ameaças de pancadaria pelo grupo Magri-MR8, levou o plenário, em meio ao tumulto, a manifestar-se pelo dia 18.

A seguir, num clima de ostensiva provocação anticomunista organizada deliberadamente pelo mesmo grupo, a mesa impediu a votação da proposta majoritária de Diretas 88. Foi a desmoralização completa da instância nacional da CGT, com 300 entidades

sindicais e cerca de 600 delegados. Um verdadeiro escândalo.

## REUNIÃO DE FÓRUM

Durante quase 7 horas tentou-se uma data consensual na reunião do FSU no dia 21. A CUT propôs dia 13 de agosto, aceitando até dia 14 (sexta-feira), data anteriormente descartada. O grupo de Magri-MR8, novamente em meio a histeria anticomunista, falou muito claramente: "Não queremos uma greve política, queremos negociar com o governo, e só fazemos a greve dia 18". Ou seja, não queriam e não querem greve coisa nenhuma.

A situação do país, o arrocho salarial brutal, a submissão do governo ao Fundo Monetário Internacional e a pressão do Planalto e da reação para destruir as conquistas democráticas e trabalhistas na Assembléia Nacional Constituinte exigem disposição de combate da ampla maioria dos sindicalistas comprometidos com as reivindicações e a luta dos trabalhadores.

Não há mais o que esperar. Não se pode fazer o jogo do governo, da burguesia e do imperialismo. Devemos ir à greve geral do dia 12 de agosto e para isto é preciso rapidamente organizá-la. Juntar todas as forças possíveis, junto com a CUT, com outros setores independentes e progressistas, com sindicalistas da CGT que não se curvam diante da cúpula pelega. Sem vacilação vamos denunciar quem são os divisionistas, os oportunistas e traidores dos compromissos assumidos à frente de seus mandatos sindicais.



Fazendeiros comandam soldados da PM na repressão aos colonos

SEM-TERRA/RS

## Nova ocupação

Na madrugada do último dia 18, cerca de 200 famílias de sem-terra ocuparam a Fazenda São Juvenal, em Cruz Alta, no interior do Rio Grande do Sul. Os lavradores são remanescentes da Fazenda Annoni, que até hoje não tiveram sua situação fundiária regularizada e vivem perambulando pela região. A área ocupada foi imediatamente isolada por três barreiras policiais montadas com a participação dos fazendeiros da região. Os latifundiários também responderam com tiros e agressões à nova iniciativa dos colonos que lutam pela execução da reforma agrária.

Desde o início da ocupação, os sem-terra ficaram isolados em São Juvenal, enquanto outras 300 famílias de lavradores levantaram barracas na beira da estrada. Este grupo, que se atrasou na madrugada chuvosa de sábado, dia 18, encontrou o acesso à fazenda bloqueado com troncos e tratores colocados pelo latifundiário.

As famílias passaram por momentos de grande tensão. Nenhuma pessoa pôde entrar no local. Inclusive o bispo de Cruz Alta, Dom Jacob Hilgert, foi interceptado numa das barreiras. A imprensa também foi mantida à distância nas primeiras horas do movimento. O mais irônico é que o comandante do destacamento da Brigada Militar não sabia responder se as ordens partiam de superiores ou dos fazendeiros.

**"COBRAR PROMESSAS"**  
Segundo uma liderança dos

sem-terra, no dia da ocupação um colono, Antônio Zanatta, de 56 anos, foi ferido na perna por tiros disparados pelos fazendeiros e seus capangas. Ele garante que os latifundiários permaneceram armados no local, ameaçando os colonos. Para ele, o movimento é justo e visa "cobrar do governo as promessas feitas de reforma agrária". Ele também reivindicou do governador Pedro Simon que mande desarmar os fazendeiros que, com a ajuda de soldados da Brigada Militar, tentam intimidar os camponeses.

A ocupação da Fazenda São Juvenal indica que a luta pela terra no Estado ganha um novo impulso. No mesmo dia, mais de 400 pessoas, que estavam acampadas na Fazenda São Pedro, ocuparam a Fazenda da Etel - que tem 1.053 hectares de terras e servia de pasto para umas 100 cabeças de gado. Ao mesmo tempo, mostra que a situação está se radicalizando.

Com a chegada da UDR na Fazenda São Juvenal, tendo à frente o presidente gaúcho da entidade, Gilberto Scopell, o clima de confronto se aguçou. O presidente da entidade dos latifundiários chegou a conchamar todos os fazendeiros da área a "deixar sua cuia e outras comodidades e cerrar fileiras ao lado do proprietário da fazenda ocupada". Para o local foram deslocados mais de 50 homens armados.

(da sucursal)

## Condutores demitidos

A greve dos condutores de ônibus de Manaus, alvo de furiosa repressão policial, foi julgada legal pelo Tribunal Regional do Trabalho no último dia 16. O TRT decidiu obrigar as empresas a pagar os gatilhos salariais dos meses anteriores. Entretanto, o advogado patronal, João Pereira Braga, recorreu da decisão. Além disso, as empresas passaram a perseguir as lideranças grevistas. Segundo Juraci Navegantes, presidente do Sindicato dos Condutores, dezenas de ativistas já foram demitidos. A empresa Santa Luzia, por exemplo, não permitiu o retorno ao trabalho de dez motoristas e três cobradores. Esta empresa é de propriedade de Francisco Bezerra, presidente do sindicato patronal.

Os empresários também prejudicaram o transporte para a população, evitando passar o ônibus pelos terminais. Pressionado pela população, o prefeito em exercício, Aristides Queiroz, ameaçou multar e cassar as concessões das linhas. Numa demonstração de arrogância, o proprietário da empresa Marlin prometeu receber a bala o prefeito.

## Sindiquímica renova

Num dos mais importantes sindicatos da Bahia, o Sindiquímica, foram feitas recentemente as prévias para composição da sua nova diretoria. O sistema eleitoral da entidade é proporcional - um dos poucos casos existentes no país. As chapas "Resistir", ligada ao PT, e "Reconstrução Urgente", apoiada pelo PC do B, saíram vitoriosas e formarão a nova direção sindical. Já a chapa "Avançar na Luta", apoiada pelo PCB, setores do PMDB e o ex-presidente do sindicato, Nilson Bahia, não conseguiu número suficiente de votos e ficou de fora da diretoria.

A nova direção do Sindiquímica, pela composição eleita, tem tudo para revitalizar a atuação da entidade. Esta entrou num processo de marasmo após a greve realizada em 85, que foi considerada ilegal pela Justiça do Trabalho e resultou em 171 demissões arbitrárias de petroquímicos. Segundo Valter Ribeiro, que encabeçou a chapa "Reconstrução Urgente", "a nova diretoria será firme e corajosa e vai priorizar a organização e luta dos trabalhadores nas empresas".

(da sucursal)

## Estranha aliança

Uma estranha aliança ocorreu na recente eleição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Altos, município próximo à capital do Piauí. A Chapa 2, composta por militantes da Igreja e da CUT, teve apoio explícito de um dos maiores latifundiários da região, o sr. Felipe Raulino, o "Felipão". Pouco antes, este tentara expulsar dezenas de famílias de lavradores da localidade de "Quilombo", mas encontrou forte resistência do sindicato. A partir daí, passou a atacar a entidade e, durante a campanha eleitoral, pressionou os camponeses a votar na Chapa 2.

A pseudo-oposição não negou o apoio e, além disso, fez uma propaganda reacionária. Durante vários meses, propagou nos povoados que Adonias de Souza, presidente do sindicato e encabeçador da Chapa 1 era do PC do B, usando os esfarrapados argumentos do anticomunismo.

Apesar disso, a articulação cutista foi fragorosamente derrotada. Os trabalhadores rurais reconheceram a dinâmica atuação do sindicato, que tem promovido manifestações pela reforma agrária e comandado a luta pela terra. A vitória da chapa de Adonias de Souza, apoiada pela CGT, significou um duro golpe nos latifundiários e seus aliados.

(da sucursal)

## Químicos-SP votam

Nas eleições para a nova diretoria do Sindicato dos Químicos de Suzano, na região metropolitana de São Paulo, venceu a Chapa 1, encabeçada por Geraldo Pereira Filho, atual presidente da entidade e ligado à CGT. A Chapa 2, articulada pela CUT, não teve condições de ir para o segundo escrutínio, apesar da campanha de baixo nível que desenvolveu. A Chapa 1 obteve 857 votos e a Chapa 2 ficou com 365.

## Direita derrotada

Realizou-se em Cuiabá, de 10 a 12 de julho, o 6º Congresso da Femab (Federação das Associações de Moradores de Bairro de Mato Grosso). Participaram do evento 600 delegados que, ao final, elegeram a nova diretoria da entidade. Três chapas disputaram o pleito. A vitoriosa foi a Chapa 1, formada por destacadas lideranças comunitárias da capital e interior, com apoio do PC do B, setores do PMDB e do PT. As chapas 2 e 3 representavam o imobilismo. A vitória da Chapa 1, encabeçada por Manoel Francisco de Almeida, representou o fim de uma gestão de quase dez anos de domínio da Femab pelo PDS, onde predominavam o autoritarismo e as manobras em favor de interesses pessoais e de grupos.

(da sucursal)



Reunião do Fórum Sindical Unitário: golpe para evitar a greve geral no dia 12 de agosto

CONGRESSO DA UBES

## Eleita direção provisória

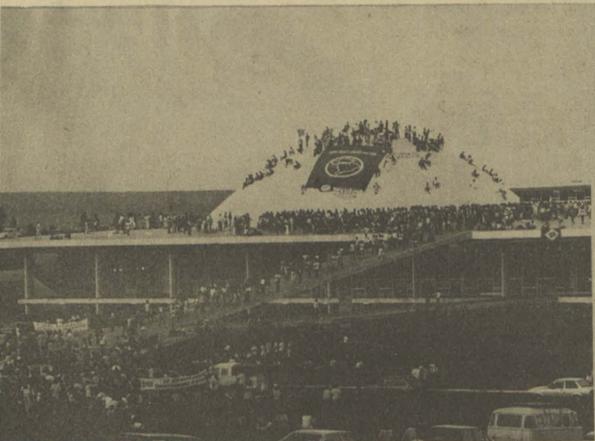
O XXVI Congresso da União Brasileira de Estudantes Secundaristas (UBES), realizado entre os dias 16 e 19 de julho em Brasília, elegeu uma diretoria provisória que dirigirá a entidade até um congresso extraordinário a ser convocado pelo Conselho de Entidades Gerais (Coneg), em setembro. Os trabalhos não chegaram a ser concluídos devido à intoxicação de centenas de delegados pela comida fornecida aos participantes.

Na abertura da reunião dos estudantes estiveram presentes representantes da UNE, CPB, Conam e outras entidades populares, além dos partidos políticos - PC do B, PT, PMDB, PDT. Cerca de 4 mil secundaristas participaram, entre eles 3.100 delegados. Os pronunciamentos tiveram um ponto unitário: a exigência de eleições diretas em 1988.

## MANIFESTAÇÃO

Durante os três primeiros dias de trabalho do Congresso, os estudantes, divididos em grupo, debateram em profundidade vários temas da atualidade, incluindo desde as questões políticas mais gerais até os problemas mais específicos do movimento estudantil.

No dia 17, foi realizada uma manifestação massiva em frente ao Congresso Nacional, onde os secundaristas exigiram eleições diretas para presidente da República em 1988 e uma Constituinte democrática e progressista, que contemple, entre outras coisas, o direito ao ensino público e gratuito para



Secundaristas realizam manifestação em frente ao Congresso Nacional

todos. Uma bandeira da UBES, com 50 metros, foi aberta e estendida na rampa do Congresso Nacional.

## INTOXICAÇÃO

No dia 18 ocorreu uma festa de confraternização em Taguatinga, a 25 quilômetros do centro de Brasília. No dia seguinte, contudo (o último do Congresso), a dispersão foi total, com os estudantes espalhados por diversos hospitais em função da intoxicação alimentar, causada provavelmente pelo suco de marca Jandaia, servido apesar da data de vencimento ser de 1985; ou do feijão, que estava azedo, segundo os secundaristas.

A UBES entrará com processo contra a firma de alimentação que serviu o Congresso, a SERG, que será responsabilizada pelas perdas e danos causados à entidade estudantil e aos delegados presentes ao

XXVI Congresso. Foi boa, porém, a assistência às vítimas da intoxicação por parte da Defesa Civil, da Secretaria de Saúde do Distrito Federal e, especialmente, dos funcionários dos hospitais, que estavam em greve mas, segundo orientação do Sindicato dos Médicos, atenderam os secundaristas.

A atitude da esmagadora maioria dos estudantes e das correntes que atuam no movimento secundarista foi de compreensão em relação ao problema. Por isto, foi eleita uma diretoria provisória de unidade, com chapa única presidida pelo estudante Altair Lebre. Apesar disto, um pequeno grupo de oportunistas do MR-8 tentou tirar proveito da situação, levantando a absurda acusação de que a diretoria da UBES é quem teria "envenenado" a comida, mentira que foi prontamente rechaçada pelos estudantes.

ELEIÇÃO NA APENOPE

## Duas concepções

Nos dias 30, 31 e 1º de agosto, cerca de 8 mil docentes elegeram a nova diretoria da Apenope (Associação dos Professores do Ensino Oficial de Pernambuco). Duas chapas concorrem ao pleito: a da situação, ligada ao PT, e a de oposição, apoiada pelo PC do B, PSB, PMDB e lideranças independentes do magistério.

Há oito anos no poder, o grupo hegemônico da atual diretoria tem na máquina sindical seu maior trunfo eleitoral. A estrutura da entidade é considerada uma das maiores do Estado. E a corrente petista tentou, inclusive, utilizá-la para dificultar um processo eleitoral democrático. Tanto que batalhou para impugnar a chapa oposicionista.

Em contrapartida, a atual diretoria e sua chapa enfrentam resistências no seio da categoria por sua postura de atrelar a Apenope ao PT. Sua conduta sectária e exclusivista tem levado os professores a sérias dificuldades nas campanhas salariais. O descontentamento teve seu ápice com a deflagração da última greve em março deste ano. Foram 49 dias de paralisação e um resultado nada satisfatório, quando outros setores do funcionalismo, como os da Cohab, Cegem e Febem, conseguiram vitórias significativas. Até hoje a direção da Apenope não reconheceu seu erro na condução do movimento e ainda afirma que a greve foi um sucesso.

**APENOPE DEMOCRÁTICA**  
A visão estreita da atual dire-

toria, evidenciada nesta greve, gerou inclusive rachas internos. Três dirigentes da Apenope romperam com a orientação do grupo hegemônico e, junto com outras lideranças da categoria, criaram o movimento **Novos Rumos**. Esta articulação deu origem à chapa de oposição, que a cada dia vem conseguindo novas adesões.

Para Raimundo Nonato, encabeçador da chapa oposicionista, neste pleito estão em confronto duas concepções de sindicalismo. "Nós queremos construir um Apenope democrática, aberta à participação de todos, sem discriminações. Queremos uma entidade combativa, que não vacile na condução das lutas da categoria. Além disso, pretendemos eliminar o divisionismo que a atual diretoria implantou na base e no conjunto do funcionalismo".

Raimundo Nonato faz duras críticas à postura sectária da atual diretoria. Para ele, o grupo que dirige a Apenope foi o principal responsável pela divisão do funcionalismo pernambucano e pela confusão existente na Intersindical do setor. Esta entidade foi criada em 1984 justamente para suprir a ausência de um organismo que representasse os servidores públicos. Várias associações compunham a Intersindical, que foi responsável por inúmeras conquistas do setor. No início deste ano, a Apenope se retirou da articulação, gerando divisão e confusão no conjunto do funcionalismo. Esta conduta levou ao isolamento da greve dos professores em março e à sua derrota.

(da sucursal)



Neste número mais leitores dão sugestões sobre as mudanças que propõem para o jornal. Também há duas cartas denunciando a seita Moon e a exploração existente na empresa Copagaz, de Cuiabá. Continue a nos escrever dando suas opiniões sobre a Tribuna Operária.

REFORMULAÇÃO EDITORIAL

“Mais artigos científicos”

Li o último número do nosso jornal Tribuna, especialmente na página dos “temas em debate”, em que foi publicado um artigo especial do companheiro cientista José Augusto Mochel, da UFMA. O motivo desta é parabenizar a direção do jornal e da sua atual linha editorial no sentido de também continuar incentivando essas publicações de caráter científico. É fundamental que o conjunto de militantes revolucionários leiam e discutam também artigos de natureza científica, especificamente aqueles que tratam da materialidade do mundo, analisado pelas leis gerais da ciência.

cas, estaremos também contribuindo para o avanço da ciência e da sociedade em geral. E auxiliando a conscientização de milhares de jovens que, hoje em nossas escolas, são formados dentro das concepções mais atrasadas e retrógradas do mundo.

Gostaria de que essas publicações fossem, se possível, semanais. Acho mesmo até que, com a assiduidade deste tipo de publicação, estaremos penetrando hoje em um meio que comumente não temos muito acesso, que é o da intelectualidade e entre professores universitários, ganhando cada vez mais o respeito e o apoio dessa parcela de pessoas. (Lejune Mato Grosso Xavier de Carvalho, Campinas, São Paulo)



Foto: César Diniz

Seita prega racismo

Em reportagem do dia 21 de abril de 87 da “Folha de S. Paulo”, sobre a matéria “Moon vende pão a domicílio e quer lançar jornal diário”, denuncia que esta seita prepara o lançamento de seu jornal diário “Folha do Brasil”, enquanto amplia a coleta de dinheiro. É bom que se esclareça que este jornal, “Folha do Brasil”, além de anticomunista, é também racista em potencial. Por que? Em seu número zero a manchete de capa é “A outra face de Winnie Mandela”, onde se ataca com mentiras desonrosas a figura de uma mulher negra, revolucionária, que ainda vive sob os escombros de um regime falido, de segregação racial, que é o apartneid na África do Sul.

É bom lembrar que esta seita ataca também os movimentos negros no Brasil, mais notadamente e em particular o Movimento Negro Unificado (MNU) através de sua revista “Família Mundial”. Ali se diz que seus militantes são comunistas e querem provocar o caos, a desordem, a discórdia e a luta racial entre brancos e negros.

A seita, por si só, já conhecida por combater o socialismo e agora descoberta sua intenção de atacar negros através de suas publicações: revistas “Família Mundial” e “Espaço Acadêmico” e jornais “Folha do Brasil” e “Tribuna Universitária” demonstra onde está o

seu núcleo de investimento. No seio do movimento estudantil, através de seu jornal “Tribuna Universitária”, atacam a UNE e os comunistas. Seu porta-voz e também principal dirigente dos interesses de Moon no Brasil chama-se Leo Villaverde. Por incrível que possa parecer ele é estudante de jornalismo na Universidade Brás Cubas de Mogi das Cruzes, onde estudam estudantes pobres, em sua maioria funcionários públicos e jovens operários. Esta é uma das Universidades que abriga o maior número de jovens estudantes negros neste país, sem recursos para inclusive terminar o curso. É aí a estratégia para conseguir impor suas idéias e aliciar jovens.

Faz-se necessário a mobilização da sociedade civil, em especial os partidos de princípios democráticos e progressistas e o movimento negro para combaterem a atuação aberta e discriminatória desta seita e seus porta-vozes no Brasil. É inadmissível que seitas como a do reverendo Moon continue a atuar abertamente num país onde se instala uma democracia, ainda que restrita, sob os olhares dos militares, tente também vender seu pão para depois dominar este povo que clama por soluções concretas e não divinas. (Oswaldo Raimundo, estudante de jornalismo da UBC de Mogi das Cruzes, São Paulo)

“Desinteressante e superficial”

Considero de maior importância as transformações que se pretende fazer no jornal. A Tribuna Operária há algum tempo não vem atendendo às nossas necessidades. A superficialidade das matérias, no geral agitativas, a forma e o tamanho, a rigidez da diagramação, a falta de uma agilidade jornalística maior, faz com que o jornal chegue às nossas mãos defasado e desinteressante. Não se aborda os temas de maneira profunda, não se avança nos temas de cultura e ciência. Conseqüentemente estamos

perdendo terreno entre os operários, trabalhadores, estudantes e a juventude, no que diz respeito à formação de uma corrente de opinião ligada às nossas propostas e nossa maneira de ver o mundo.

O número experimental já avançou muito na busca de termos um jornal mais apropriado às nossas necessidades. Uma falha já foi apontada: faltou a parte de cultura. Achei a matéria científica (sobre genética) superficial e genérica, aquém das nossas possibilidades de investidas na área. Não

nego a importância de nosso pessoal estar se aprofundando e dando contribuições, mas considero que é necessário que sejam buscadas contribuições fora do partido.

Sugiro a publicação de encartes sobre temas que estejam na crista da onda, talvez relacionados com os trabalhos da Constituinte, reforma agrária, o endividamento externo, o militarismo, as questões do negro, da mulher e do índio.

A forma da diagramação e a arte eu acho que podem ser melhoradas, tornando o jornal

mais leve. Podemos ter um jornal com diagramação mais diversificada, o que torna a leitura mais interessante. O formato tablóide oferece mais condições de criatividade gráfica. As ilustrações devem passar a idéia de combatividade, de união, de luta, mas respeitando a qualidade. Não considero interessantes gravuras como a da “morte”, na matéria sobre AIDS ou a da matéria sobre o caso Lamia (TO 31), que dão a idéia de jornal em que se “torcendo sai sangue”. (Renan Araujo, Ilhéus, Bahia)

“Elaborar textos mais teóricos”

Companheiros, achamos muito salutar as mudanças propostas para a Tribuna Operária, visando que ela nos ajude na luta pela construção de uma sociedade socialista. Gostaríamos de contribuir para o sucesso da nova Tribuna. Para começar, achamos que o nome do jornal deve permanecer o mesmo, pois seu nome já tem vínculo com as lutas do nosso povo.

A capa deve conter uma foto ou desenho relacionado com a reportagem de capa e ter uma pequena tarja relacionando as reportagens de maior destaque. O editorial deve estar na página 3, porém com maior destaque. O jornal deve ser elaborado de tal forma que as questões específicas estejam no começo e as questões mais gerais no final. Ou seja, que se comece com a seção de cartas (Fala o Povo), a seguir trate das questões estaduais.

Entendemos que o jornal deve dar mais subsídios à discussão teórica e por isso na nova TO deve haver uma página dedicada exclusivamente a isso, discutindo textos dos clássicos ou mesmo elabo-

rando artigos de cunho mais teórico.

Uma forma clara e simples de passar idéias políticas é a charge e por isso defendemos que a nova TO tenha charges referentes aos fatos políticos mais importantes da semana... Outras questões que para nós merecem a maior atenção são: cultura, ciência e esporte. Por isso achamos que a Tribuna deve sempre fazer comentários de filmes, livros, discos, peças teatrais que tenham um caráter progressista ou que estejam tendo um destaque muito grande e devam ser desmascaradas. Da mesma forma com relação às descobertas científicas e os fatos esportivos mais relevantes.

Por fim achamos que nas análises internacionais deve, sempre que for possível, informar a posição do partido revolucionário local, se houver, acerca do fato. Também, sempre que for possível, seja feito um confronto entre a realidade dos países capitalistas e da Albânia Socialista. (Amigos da Tribuna Operária dos cursos de exatas da UFRGS, Porto Alegre, Rio Grande do Sul)



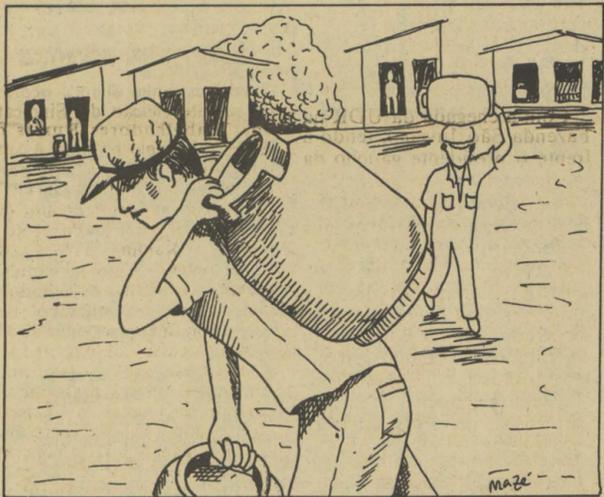
“Espaço para literatura”

Sei que estou um tanto atrasado nesta minha contribuição ao “novo jornal”, mas antes tarde do que nunca. Acho necessário, e muito, um “espaço para a literatura”. No mínimo, uma “tira” para uma crônica ou conto e mais ou menos meia página do tamanho tablóide para algumas poesias.

Há por aí uma ruma de poetas e prosadores progressistas preocupados com uma literatura avançada, popular e até mesmo revolucionária em forma e conteúdo. Por isso o “novo jornal” há que levar muito a sério a preocupação de Lênin e incentivar a literatura em suas páginas. E não me venham com esta história de espaço, que eu manjo. O problema não é espaço gráfico e

sim a importância que se dá à literatura e arte. Portanto um problema de concepção. Se encarmos a arte como Lênin e todo bom revolucionário encara, as poesias e prosas ganharão um espaço na imprensa operária, por mínimo que seja.

Portanto, companheiros, encaremos a literatura e a arte como “parte integrante da causa proletária geral”. Na imprensa burguesa há o espaço para a literatura (burguesa e pequeno-burguesa na essência), porque ela entende a importância disso para a difusão das idéias e conceitos da classe que representa. É hora de darmos também essa importância. (Elder Vieira dos Santos, São Paulo, SP)



Inferno na Copagaz

Somos os trabalhadores da firma Copagaz - pertencente ao grupo Zahar - também dono da TV Centro América, Cuiabá; Tv Marina, Campo Grande; Copasa, Transcopa, etc. Tomamos o ônibus às 4:15 da manhã e saímos às 17:30 horas. Ficamos neste período dentro dos caminhões transportando e distribuindo botijões de gás. Antes de pegarmos os caminhões assinamos um termo de responsabilidade pelos danos materiais: pneus cortados no cascalho da cidade é cobrado do nosso salário assim como nossos uniformes, sapatos e peças dos caminhões. Comemos na rua marmitta fria trazida de casa, sem horário para almoço.

Dentro das cabinas dos caminhões, durante o dia a temperatura atinge 70 graus e a direção da empresa não coloca ventilador porque teria que furar o painel. Temos companheiros que desmaiam com o calor. Há pouco tempo vários

companheiros sofreram queimaduras horríveis por vazamento de gás no engarrador. Um morreu. A viúva não recebe pensão. Foi tudo encoberto pela imprensa local que é deles. Dos sobreviventes, alguns tiveram que voltar a trabalhar. Toda a despesa ficou por conta do INPS e um foi demitido.

Quando voltamos da rotina diária, temos ainda que descarregar, auxiliar no lavador e deixar tudo pronto para o dia seguinte. Alguns recebem hora-extra e outros não, fazendo o mesmo trabalho. Mas agora conseguimos criar e legalizar no Ministério do Trabalho nossa Associação Profissional. Esta nossa entidade lutará pelos nossos legítimos direitos e procurará desenvolver a união da nossa classe visando aumentar o nível de conscientização da categoria. (Trabalhador da firma Copagaz, Cuiabá, Mato Grosso)

Tribuna Operária

Semanário Nacional

Faça já sua assinatura e ajude a imprensa operária que luta pela liberdade e pelo socialismo.

- Anual (52 edições) □ Cz\$ 1.000,00
Anual popular (52 edições) □ Cz\$ 500,00
Semestral (26 edições) □ Cz\$ 500,00
Semestral popular (26 edições) □ Cz\$ 250,00
Anual para o exterior (em dólares) □ Us\$ 70

Form with fields for Name, Endereço, Bairro, Cidade, CEP, Estado, Profissão, and Data. Includes a note to enclose a check for the subscription.

Tribuna Operária

List of subscription addresses for various states including Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, and São Paulo.

List of subscription addresses for Rio Grande do Sul, São Paulo, and Santa Catarina.

List of subscription addresses for various states including Mato Grosso do Sul, Paraná, Minas Gerais, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Santa Catarina, and São Paulo.

# Mulheres com forças renovadas

Mais de 700 mulheres de 19 Estados, representando 173 entidades, das quais 98 femininas, participaram do 1º Encontro Nacional de Entidades Emancipacionistas de Mulheres, na Universidade Federal do Rio de Janeiro de 17 a 19 de julho. O encontro foi realizado por iniciativa da revista "Presença da Mulher" que completou um ano de vida.

"O encontro foi uma injeção de ânimo em todas nós. A gente enfrenta muitas dificuldades no dia a dia, mas quando vê o exemplo de outras mulheres de outros lugares, enfrentando dificuldades ainda maiores com garra e determinação a gente sente as forças renovadas". A observação de Laura Carvalho, presidenta da Casa Cultural Jardim Nakamura, na periferia de São Paulo, reflete bem a disposição e o estado de espírito das mulheres presentes ao encontro.

Desafiando o cansaço e o desconforto de longas viagens, elas participaram intensamente dos debates e só arredavam pé no final dos trabalhos de cada dia. Muitas delegações ainda tiveram ânimo para dar uma volta pela cidade à noite, como as gaúchas e as baianas. Depois de 90 horas de viagem, cansadas mas sorridentes, as paraenses estavam entusiasmadas com a reunião. A pernambu-



Raquel, viúva de Paulo Fonteles, fala às mulheres de todo o país reunidas no Rio

cana Maria Alice Silva, de 45 anos, mãe de 15 filhos e avó de sete, achou que o encontro foi um momento de discutir os problemas das mulheres, de abrir a cabeça. "Eu, por exemplo, - afirmou - tenho 14 filhos homens. Ensinei todos eles a cuidar de casa, a fazer tudo. Não quero que eles sejam machistas com suas companheiras. Por isso fui ensinando desde cedo o que significa esse

trabalho. Não podemos lutar por nossa emancipação e dar para nossos filhos uma educação atrasada".

Maria José da Silva, mãe de quatro filhos, ativista do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Planaltina, Goiás, foi ao encontro porque considera que "se a mulher não participar, a luta não vai pra frente. Nós sentimos os problemas do povo na pele, no dia a dia, quando

temos dificuldade de escola para nossos filhos, problemas de saúde, de alimentação". Ela participa desde jovem. Foi ativista sindical quando era costureira e depois comerciária. Terezinha de Jesus, 46 anos e 11 filhos, também filiada ao sindicato, teve que enfrentar o marido quando começou a participar da luta. "Mas agora - diz - ele já se conformou. E quando eu voltar deste encon-

tro vou botar pra quebrar. Lá em Planaltina até o prefeito manda prender se for luta de mulher. Mas a gente tem que se organizar".

## CONSTITUIÇÃO PROGRESSISTA

A paraibana Frances Lopez Zenaide, professora e mãe de três filhos achou que o encontro foi muito importante "porque é um termômetro da luta do povo, particularmente neste momento de mobilização em torno da Constituinte, para que ela seja mais democrática e progressista. Somos mulheres e cidadãs que se manifestam. Por isso esse encontro tem particular importância".

Alguns momentos de grande emoção ficaram por conta dos pronunciamentos de Dona Cordolina e Raquel, respectivamente mãe e esposa do advogado Paulo Fonteles, dirigente do PC do B do Pará assassinado recentemente a mando do latifúndio. Ambas expressaram sua disposição de prosseguir e intensificar a luta em defesa dos direitos do povo. Raquel afirmou: "O tiro contra Paulo foi na verdade dirigido contra meu filho, de três meses, e contra os combatentes do povo. Mas não vamos arrefecer. Pelo contrário, estaremos ainda mais fortes e decididos no combate pela libertação da mulher e de todo o povo".

Deram sua contribuição ao encontro as deputadas constituintes Benedita da Silva (PT-

RJ), Moema Santiago (PDT-CE), Beth Azize (PSB-AM) e Lídice da Mata (PC do B-BA) e a deputada estadual Jandira Feghali (PC do B-RJ). Benedita da Silva começou sua explanação com um canto dos escravos. Pediu solidariedade à mulher negra e afirmou: "Não acredito em mudança sem as mulheres. Não acredito em socialismo sem participação feminina".

Lídice da Mata destacou a necessidade de "uma verdadeira revolução nas consciências femininas" para que a luta possa avançar.

## ARTE E LUTA

No último dia, depois de aprovadas as resoluções do encontro, foi anunciada a morte da cantora Clementina de Jesus, homenageada com um minuto de silêncio. Em seguida, algumas apresentações artísticas. Um casal gaúcho cantou músicas de resistência italiana ao nazi-fascismo. As delegações do Pará e da Bahia apresentaram um número de dança folclórica. Depois as baianas também apresentaram um número de dança e a delegação ocupou o palco com músicas e cantoria. Terminava assim, com alegria e entusiasmo, o 1º Encontro Nacional de Entidades Emancipacionistas de Mulheres.

(Olivia Rangel)

## Um encontro vitorioso

Se o principal objetivo do 1º Encontro Nacional das Entidades Emancipacionistas de Mulheres era articular nacionalmente a corrente emancipacionista e unificá-la em torno de bandeiras de luta, este foi um encontro vitorioso.

A partir dos debates em plenário, dos grupos de trabalho e das teses apresentadas, mais de 700 mulheres, de 19 Estados, aprovaram um conjunto de lutas que foram organizadas em seis blocos.

O encontro decidiu lutar pelos direitos trabalhistas da mulher e sua equiparação aos direitos masculinos, como a igualdade salarial e de oportunidades. E no campo da sociedade conjugal, destacou-se a importância de garantir as conquistas já obtidas na Constituinte, através do relatório da Comissão de Soberania e Direitos do Homem e da Mulher, organizado pelo deputado José Bisol do PMDB do Rio Grande do Sul.

O aborto, um fato que se repete 4 milhões de vezes por ano no Brasil, com 400 mil mortes, deve ser discriminado. Esta foi uma posição do encontro, que decidiu apoiar integralmente o projeto da deputada Lídice da Mata, do PC do B-BA, e organizar o Dia Nacional de Coleta de Assinaturas pela implementação do Plano de Assistência Integral à Saúde da Mulher - PAISM - bem como pela descriminalização do aborto.

## MATERNIDADE

A visão de que a maternidade é um crime e um problema individual foi duramente combatida. Para as mulheres presentes, a maternidade não só é uma função social por permitir a reprodução da espécie, mas precisa ser reconhecida na prática. É necessária a garantia da implementação de planos de saúde como o PAISM, que garantam a assistência às

mulheres do nascimento à morte, em cada fase de sua vida, bem como a colocação à disposição da sociedade de meios contraceptivos.

Banir todas as organizações controlistas, sejam brasileiras ou estrangeiras, e acabar com o controle da natalidade no Brasil foi uma moção ao governo. As creches nos locais de trabalho e moradia, uma fiscalização que garanta a eficácia das leis atuais e futuras, bem como a visão de que a creche é um direito da criança à educação e um direito trabalhista de seus pais, foi outra forma apontada pelas emancipacionistas para que a maternidade seja de fato uma função social.

## BASTA DE VIOLÊNCIA

A violência contra a mulher cresce com a crise econômica, social e política do país. Por isto urge atuar em três níveis: através da punição dos criminosos, da instalação e aparelhamento adequado das Delegacias da Mulher e Casas de Abrigo e de garantia de assistência psico-social e jurídica a todas as mulheres vítimas de violências. As mulheres exigem uma legislação que trate da violência sexual como crime contra a pessoa e que considere estes crimes inafiançáveis.

O encontro decidiu realizar Jornadas Estaduais da Mulher Contra a Violência, quando serão divulgados relatórios dos Estados sobre a impunidade, que culminarão com Jornadas Nacionais.

## MULHER DO CAMPO

As camponesas, lideranças da luta pela reforma agrária de diversos pontos do país, exigiram do encontro o reconhecimento da importância de sua luta. A equiparação de seus direitos trabalhistas, a aposentadoria aos 25 anos de trabalho

ou aos 55 anos de idade, bem como o acesso aos planos de reforma agrária independente de sua condição civil.

As manifestações culturais das mulheres negras, bem como suas denúncias e propostas, deram uma importância singular à reunião. Vindas de todo o Brasil, mas especialmente da Bahia, as negras levantaram suas bandeiras pelo fim de todas as formas de discriminação racial, não só no Brasil mas também na África do Sul.

O encontro deliberou por um Dia Nacional pelo Fim da Discriminação da Mulher Negra e exigiu do governo brasileiro o rompimento das relações diplomáticas com a África do Sul. Foi considerado, igualmente, que a valorização da cultura e da história da raça negra no país deve realizar-se através da escola e de todos os meios de comunicação.

## LUTA DE TODO O POVO

As mulheres concluíram que sua emancipação vincula-se estreitamente com a libertação do povo e da nação brasileira. Entenderam que não haverá emancipação da mulher sob o regime de exploração do homem pelo homem, e que é necessário avançar na luta democrática, pela soberania do país e pelo fim do latifúndio, abrindo as portas para um novo regime social e político, o socialismo.

Exigindo a realização de

diretas em 88 e mantendo-se firmes pela conquista de uma Constituição nacionalista, democrática e progressista, onde se consagrem a reforma agrária antilatifundiária, direitos de greve e autonomia sindical, o parlamentarismo como forma de governo, o voto proporcional, saúde e educação públicas e gratuitas como direitos fundamentais, suspensão do pagamento da dívida externa e seus juros e a manutenção do monopólio estatal do petróleo, entre outras reivindicações, o encontro decidiu pela participação em todos os comícios pelas diretas-88, formação de grupos de pressão em caravanas para Brasília pelos direitos da mulher e do povo na Constituinte.

## ORGANIZAÇÃO

"Combativas, conscientes de que é necessário estar permanentemente em consonância com o processo político em curso e ligadas às massas". Foi assim que as mulheres classificaram as organizações da corrente emancipacionista. As União de Mulheres, Centros Populares de Mulheres e Movimentos Populares de Mulheres foram consideradas como as organizações que correspondem a estas exigências. Haverá uma plenária da corrente emancipacionista em janeiro, quando será marcado o 2º Encontro Nacional das Entidades Emancipacionistas de Mulheres, bem como organizado o 8 de março unitário. (Dia da Mulher).

(Têia Negra)

## Novo patamar

A presença representativa de mulheres de quase todos os Estados já assinala o êxito do 1º Encontro Nacional de Entidades Emancipacionistas. Operárias, trabalhadoras rurais, professoras, funcionárias públicas, estudantes, donas de casa e muitas outras representantes participaram entusiasmadamente dos debates, dando uma marca eminentemente popular ao encontro.

Carregado de emoção e combatividade, o evento evidenciou a força emergente da mulher brasileira, sua disposição de luta, de romper os grilhões da opressão e da dominação secular. Os depoimentos reafirmaram a ideia de que a opressão da mulher está indissolúvelmente ligada à base econômica da sociedade, e o entendimento de que a emancipação feminina só se dará no processo de transformação do regime econô-

mico, político, social e cultural do país.

Foi mais um impulso à organização feminina, que atinge novo patamar ao unificar bandeiras capazes de aglutinar mais e mais mulheres, elevando seu nível de consciência e intervenção no processo político.

O encontro avançou em propostas concretas para a articulação das entidades emancipacionistas, como a realização da plenária em janeiro. Isso cria condições para respostas rápidas e unificadas a nível nacional, e para o fortalecimento da corrente emancipacionista, impulsionando o avanço das lutas e conquistas da mulher brasileira.

Foi reafirmada a necessidade da revista "Presença da Mulher" continuar crescendo junto ao movimento, retratando e contribuindo no processo de emancipação feminina.

(Ana Maria Rocha)



Uma sindicalista goiana fala durante o encontro de mulheres no Rio

## Presença popular

No total, 705 mulheres inscreveram-se para participar do 1º Encontro Nacional de Entidades Emancipacionistas - mas muitas outras estavam presentes e se incorporaram aos trabalhos. A secretaria do encontro, com base nas fichas de inscrição, fez um levantamento das categorias profissionais a que pertencem as participantes. É esse levantamento que publicamos abaixo. Vale salientar que em "outras" estão consideradas uma pescadora, duas costureiras, duas aeroviárias etc.

Professoras	81
Donas de casa	74
Estudantes	67
Empregadas domésticas	43
Operárias	38
Trabalhadoras rurais	8
Assistentes sociais	25
Médicas	14
Advogadas	12
Sociólogas	10
Jornalistas	8
Economistas	6
Psicólogas	5
Outras	314

Participaram do encontro 98 entidades de mulheres: 56 entidades gerais e 19 sindicatos.

Centro de Documentação e Memória  
Fundação Maurício Grabois



Um momento também para a arte: as baianas animam o encontro

